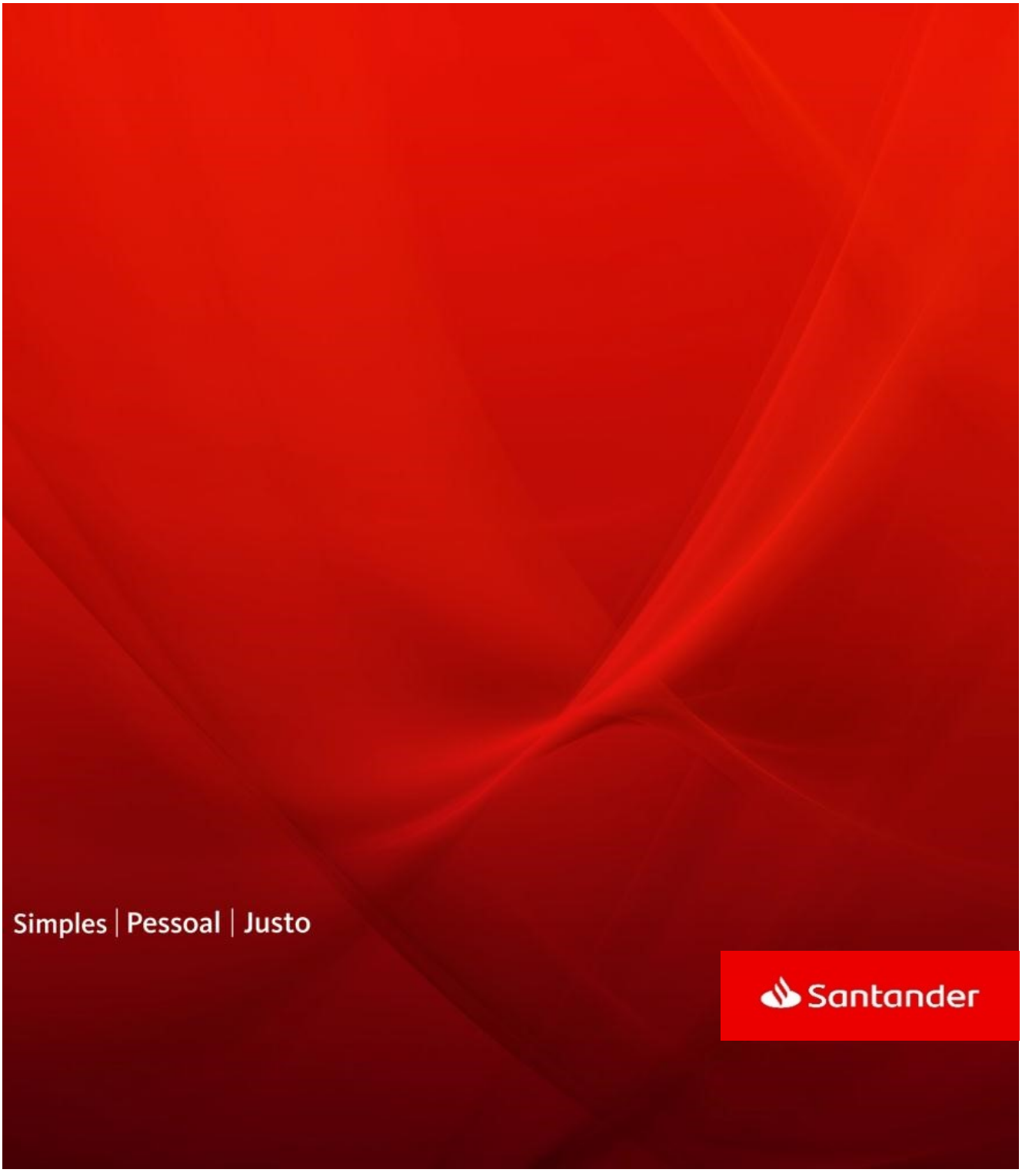
Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

30 de junho de 2022



ÍNDICE **Pág.**

Relatório da Administração ... 3
Balanço Patrimonial ... 16
Demonstração do Resultado ... 18
Demonstração do Resultado Abrangente ... 19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco ... 20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Consolidado ... 21
Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 23
Demonstração do Valor Adicionado ... 25
1. Contexto Operacional ... 26
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras ... 26
3. Principais Políticas Contábeis ... 27
4. Caixa e Equivalentes de Caixa ... 36
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ... 36
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos ... 38
7. Relações Interfinanceiras ... 51
8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito ... 52
9. Carteira de Câmbio ... 56
10. Outros Ativos Financeiros ... 56
11. Ativos e Passivos Fiscais ... 58
12. Outros Ativos ... 64
13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior ... 64
14. Participações de Controladas e Coligadas ... 65
15. Imobilizado de Uso ... 68
16. Intangível ... 69
17. Captações ... 70
18. Outros Passivos Financeiros ... 75
19. Outros Passivos ... 76
20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias ... 77
21. Patrimônio Líquido ... 81
22. Partes Relacionadas ... 84
23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias ... 88
24. Despesas de Pessoal ... 88
25. Outras Despesas Administrativas ... 88
26. Outras Receitas Operacionais ... 89
27. Outras Despesas Operacionais ... 89
28. Resultado Não Operacional ... 89
29. Plano de Benefícios a Funcionários ... 90
30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade ... 102
31. Reestruturações Societárias ... 106
32. Outras Informações ... 108
33. Eventos Subsequentes ... 112
Composição dos Órgãos da Administração em 30 de junho de 2022 ... 113
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras ... 115
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes ... 116
Relatório do Comitê de Auditoria ... 117
Parecer do Conselho Fiscal ... 119

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB*) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

Ao final do segundo trimestre de 2022, o Banco Santander observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 1,2% em 2022 frente à expansão de 4,6% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do primeiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou além do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,5% para o primeiro trimestre de 2022. Os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior, estimávamos alta de 1,0% e reforçaram nossa expectativa de que a economia brasileira crescerá 1,2% em 2022.

No último trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 12,1%, patamar acima da meta de 3,50% determinada para 2022 e superior ao valor de 9,5% projetado pelo Santander para o mesmo ano. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 11,75% a.a. para 13,25% a.a. entre o final do segundo trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 5,3% a.a. ao final de 2023 e 3,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o segundo trimestre de 2022 cotada a R$5,10/US$. Ou seja, acima da cotação de R$4,74/US$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2022 cotada a R$5,15/US$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) intensificação no ritmo de ajuste de política monetária nos EUA; 2) início de normalização da política monetária na Zona do Euro; 3) novo surto de contaminação de COVID-19 na China, provocando reimplantação de lockdowns em cidades importantes do país como Shanghai e Beijing e; 4) elevação na cotação do barril de petróleo derivada de restrições de oferta, que reforçou as pressões inflacionárias ao redor do globo. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação de medidas tributárias para tentar aliviar pressões inflacionárias, que elevaram o desconforto com a dinâmica das contas públicas nos anos à frente e; 2) retirada de potenciais candidaturas à presidência, reforçando a natureza polarizada do pleito deste ano.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	42.399,6	30.253,1	40,1	48.094,7	(5.695,1)	(944,5)
Despesas da Intermediação Financeira	(25.915,8)	(8.898,7)	191,2	(41.235,0)	15.319,2	(369,2)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	**16.483,8**	**21.354,4**	**(22,8)**	**6.859,7**	**9.624,1**	**(28,7)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (b)	(5.551,2)	(7.528,1)	(26,3)	(1.553,0)	(3.998,2)	(61,2)
Resultado Operacional	**10.932,6**	**13.826,3**	**(20,9)**	**5.306,7**	**5.625,9**	**(5,7)**
Resultado não Operacional	416,3	28,1	1.381,4	44,8	371,5	(87,9)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**11.348,9**	**13.854,4**	**(18,1)**	**5.351,5**	**5.997,4**	**(10,8)**
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(2.288,5)	(5.926,9)	(61,4)	(749,1)	(1.539,4)	(51,3)
Participações no Lucro	(1.039,1)	(940,5)	10,5	(563,5)	(475,6)	18,5
Participações dos Acionistas Minoritários	(98,7)	(67,9)	45,4	(62,2)	(36,5)	70,5
Lucro Líquido Societário	**7.922,7**	**6.919,1**	**14,5**	**3.976,8**	**3.945,9**	**0,8**

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.348,9	13.854,3	(18,1)	5.351,5	5.997,4	(10,8)
Hedge Cambial	-	(792,4)	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	**11.348,9**	**13.061,9**	**(13,1)**	**5.351,5**	**5.997,4**	**(10,8)**

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %	2T22	1T22	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.288,5)	(5.926,9)	(61,4)	(749,1)	(1.539,4)	(51,3)
Hedge Cambial	-	792,4	(100,0)	-	-	-
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	**(2.288,5)**	**(5.134,5)**	**(55,4)**	**(749,1)**	**(1.539,4)**	**(51,3)**

O retorno do exercício tomando por base o resultado contábil sobre o patrimônio líquido médio atingiu 19,56%, aumento de 1,7 p.p comparado ao primeiro semestre de 2021.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, a partir de janeiro de 2021, 50% dos ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros passaram a ser computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no país, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são 100% tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, em atendimento a lei nº 14.031, toda variação cambial passou a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo (R$ Milhões)	1S22	1S21	variação anual %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	(2.500,3)	(1.944,4)	28,6
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	2.622,8	2.869,3	(8,6)
IR/CSLL	-	(792,4)	(100,0)
PIS/COFINS - Despesas tributárias	(122,5)	(133,4)	(8,2)

2.2) Ativos e Passivos

Balanço Patrimonial Consolidado (R$ Milhões)	Jun/22	Dez/21	variação anual %
Ativo Circulante	517.537,7	509.576,8	1,6
Ativo Não Circulante	469.051,0	453.799,1	3,4
Total do Ativo	**986.588,7**	**963.376,0**	**2,4**
Passivo Circulante e Não Circulante	904.854,6	882.996,9	2,5
Resultados de Exercícios Futuros	-	382,3	(100,0)
Participação dos Acionistas Minoritários	1.398,9	1.257,2	11,3
Patrimônio Líquido	80.335,2	78.739,6	2,0
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**986.588,7**	**963.376,0**	**2,4**

2.3) Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 2,0 % em comparação a 31 de dezembro de 2021.

A variação do Patrimônio Líquido entre 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do período no montante de R$7.923 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial negativo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R$1.421 milhões e do pagamento de dividendos no montante de R$2.000 milhões e dos Juros Sobre Capital Próprio no montante de R$2.700 milhões.

Para informações adicionais, vide nota explicativa nº 21.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%.

Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Jun/22	Dez/21
Patrimônio de Referência Nível I	**76.350,3**	**76.969,9**
Capital Principal	69.626,6	69.919,9
Capital Complementar	6.723,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II	**12.659,1**	**12.591,3**
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**89.009,4**	**89.561,3**
Risco de Crédito	546.464,4	527.119,3
Risco de Mercado	20.899,8	15.122,2
Risco Operacional	59.663,3	58.499,8
Total de RWA	**627.027,5**	**600.741,3**
Índice de Basileia Nível I	**12,18**	**12,81**
Índice de Basileia Capital Principal	**11,10**	**11,64**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**14,20**	**14,91**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	69.333,3	12.305,2	375,4	54.571,9	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.020,1	11.053,3	325,2	2.609,8	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	11.669,8	4.597,6	567,1	-	100,0%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	3.547,9	3.290,4	153,6	-	100,0%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.257,9	806,8	66,9	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 31.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN n°4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Apetite por Riscos (*RAS – Risk Appetite Statement*), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2022.

7. Pessoas

No Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 52.993 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, temos implementado uma série de ações para promover o Bem Estar e a Saúde Física e Emocional de nossas pessoas, principalmente neste momento de retomada pós COVID-19, sempre seguindo as orientações dos órgãos sanitários e de saúde.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBT+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa.

Neste contexto, tivemos em maio o Todos na Mesma Página, que é uma iniciativa criada em 2021 e que ocorre 3 vezes ao ano. Nesse encontro, incentivamos a leitura de um livro e proporcionamos um debate entre nosso CEO e toda a organização. Nesta última apresentação, fizemos em formato de podcast no debate do livro "O Poder dos Momentos", com participação de 26 mil espectadores no debate e trouxemos a provocação de como podemos criar "momentos inesquecíveis", para nossos clientes e nossas equipes.

Também tivemos em maio nossa primeira Campanha de Doação de Sangue do ano, com excelente adesão, salvando mais de 6.500 vidas.

8. Sustentabilidade

A estratégia de Sustentabilidade do Banco Santander Brasil é de, alicerçados em princípios de Responsabilidade, apoiar nossa transformação para melhor empresa de consumo do Brasil. Para isso, o foco no cliente torna-se ainda mais profundo e alia-se ao nosso propósito de gerar valor à sociedade de forma geral, nos aspectos sociais, ambientais e de governança. Esses aspectos estão enraizados transversalmente em nossa cultura e negócios há mais de 20 anos.

Por meio dessa estratégia, queremos liderar hoje a transformação para uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e a responsabilidade na gestão interna, tendo valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que nossas comunidades prosperem. Destacamos algumas iniciativas no 2T22:

Ambiental
Viabilizamos R$ 15,3 bilhões em negócios sustentáveis e mantivemos a liderança na escrituração de CBIOs, mercado que ajudamos a criar em 2020 e do qual atualmente respondemos por 54,8% do market share, operando tanto no mercado primário quanto no secundário. Lançamos, também, nosso Novo Plano Empresário Verde, com condições diferenciadas em financiamentos para obras com certificação ambiental, tanto para clientes Atacado como PMEs.

Em linha com nosso compromisso NET ZERO, alcançamos 80% de uso de energia renovável em nossos prédios administrativos e lojas de todo o Brasil, sendo nossa meta atingir 100% até 2025. Além disso, migramos 100% dos cartões SX e Elite para cartões reciclados (76% da nossa base de cartões).

Social
Continuamos trabalhando para que todos tenham oportunidades. Nesse trimestre, nos associamos à Aliança pela Inclusão Produtiva como membros fundadores e lançamos o Edital Santander Chama, plataforma pela qual funcionários indicam projetos de inclusão produtiva para receberem apoio do banco. Alcançamos, no Santander Prospera Microfinanças, 791 mil clientes ativos e uma carteira de R$ 2,3 bilhões.

Além disso, lançamos um mecanismo de engajamento pelo Esfera, nosso programa de recompensas, para doação de água potável por meio da utilização de pontos de fidelidade. Em abril, organizamos, em parceria com o Movimento Bem Maior, o "LEGADO", maior evento de filantropia dos últimos anos no país para reforçar o tema entre grandes empresários e famílias brasileiras, com participação de mais de 600 pessoas e excelente repercussão na mídia.

Na busca da equidade de gênero, atingimos 30,1% de mulheres em cargos de liderança e 27,6% de negros na organização. Nossa ambição é chegar a 40% de representatividade desses dois públicos até 2025. A participação de mulheres no Conselho de Administração foi de 27% no segundo trimestre de 2022.

Governança

Lançamos o Relatório ESG e Ações Climáticas Santander Brasil 2021 (disponível em: santander.com.br/ri/relatórios), que reforça nossos compromissos com acionistas, clientes, funcionários, fornecedores e sociedade, abordando as iniciativas e os resultados que conquistamos no último ano.

9. Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e suas consequências, com ações para mitigar os impactos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas em 2022, destacam-se (a) incentivo e monitoramento do índice de vacinação dos colaboradores (b) protocolo de testagem de contactantes, independente da presença de sintomas, e de casos suspeitos (c) retorno seguro do grupo de maior risco ao trabalho presencial e manutenção em ambiente remoto àqueles com condições médicas especiais.

Mesmo com a queda do estado de emergência pública e flexibilização das medidas de distanciamento, os índices de contaminação e a gravidade dos casos continuam em acompanhamento pela Administração até que haja maior segurança técnica quanto ao impacto da doença em nível global.

10. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2022, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 27/07/2022).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

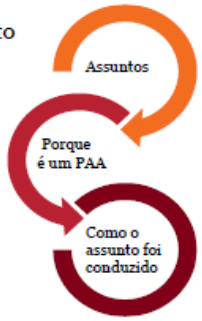
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)	
A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão. Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *ratings* atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisões para passivos contingentes (Notas 3(r) e 20)	
O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.	de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a)) O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Banco Santander (Brasil) S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de julho de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 30/06/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo Circulante		**528.864.591**	**522.451.023**	**517.537.739**	**509.576.839**
Disponibilidades	**4**	**10.091.602**	**16.361.758**	**10.119.817**	**16.386.974**
Instrumentos Financeiros		**455.649.493**	**443.560.677**	**436.238.846**	**425.610.218**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	116.209.643	85.800.514	60.985.981	31.388.970
Títulos e Valores Mobiliários	6	62.146.236	78.980.822	72.006.912	93.620.934
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	16.438.177	15.273.412	10.799.059	7.279.673
Operações de Crédito	8	113.699.034	113.914.019	144.151.371	144.239.508
Outros Ativos Financeiros	10	147.156.403	149.591.910	148.295.523	149.081.133
Operações de Arrendamento Mercantil		**-**	**-**	**1.104.664**	**1.117.370**
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**8.e**	**(7.029.219)**	**(6.208.228)**	**(8.642.642)**	**(7.706.994)**
Outros Ativos	**12**	**65.041.053**	**67.383.339**	**72.286.178**	**73.005.988**
Ativos Fiscais Correntes		**5.111.662**	**1.353.477**	**6.430.876**	**1.163.283**
Ativo não Circulante		**477.213.331**	**458.365.721**	**469.050.987**	**453.799.131**
Instrumentos Financeiros		**397.126.393**	**387.956.693**	**419.064.391**	**400.059.113**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	29.074.140	33.260.243	2.121.437	2.240.348
Títulos e Valores Mobiliários	6	135.536.639	129.206.353	147.328.855	134.085.048
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	15.503.679	13.667.486	15.723.663	13.810.051
Operações de Crédito	8	211.345.146	203.445.400	247.467.700	239.240.166
Outros Ativos Financeiros	10	5.666.789	8.377.211	6.422.736	10.683.500
Operações de Arrendamento Mercantil		**-**	**-**	**1.605.835**	**1.578.582**
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**8.e**	**(19.143.650)**	**(17.165.339)**	**(21.698.863)**	**(19.424.300)**
Outros Ativos	**12**	**14.472.409**	**14.489.073**	**17.184.160**	**17.360.213**
Ativos Fiscais		**34.558.792**	**35.767.085**	**39.692.280**	**41.289.987**
Correntes		-	2.593.535	-	3.331.917
Diferidos	11	34.558.792	33.173.550	39.692.280	37.958.070
Investimentos		**39.110.191**	**25.980.085**	**851.149**	**428.488**
Participações em Coligadas e Controladas	14.b	39.106.265	25.958.916	847.100	408.693
Outros Investimentos		3.926	21.169	4.049	19.795
Imobilizado de Uso	**15**	**5.795.289**	**6.066.686**	**6.106.595**	**6.384.348**
Imóveis de Uso		2.457.105	2.463.155	2.737.773	2.752.082
Outras Imobilizações de Uso		13.408.847	13.292.159	13.650.425	13.528.400
(Depreciações Acumuladas)		(10.070.663)	(9.688.628)	(10.281.603)	(9.896.134)
Intangível	**16**	**5.293.907**	**5.271.438**	**6.245.440**	**6.122.700**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	27.220.515	28.271.901	28.155.084
Outros Ativos Intangíveis		11.240.739	10.793.517	11.637.037	11.145.052
(Amortizações Acumuladas)		(33.167.347)	(32.742.594)	(33.663.498)	(33.177.436)
Total do Ativo		**1.006.077.922**	**980.816.744**	**986.588.726**	**963.375.970**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 30/06/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo Circulante		**610.270.829**	**581.835.528**	**602.481.538**	**571.159.070**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**583.039.652**	**570.676.801**	**564.863.002**	**552.620.227**
Depósitos	17	298.672.993	302.306.231	297.961.505	298.306.809
Captações no Mercado Aberto	17	103.632.573	85.154.534	89.424.547	79.933.047
Obrigações por Empréstimos	17	58.116.542	76.021.633	58.139.768	76.026.549
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17	3.858.244	4.387.014	3.858.244	4.387.014
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17	40.127.620	28.875.943	39.968.148	27.581.480
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	17.816.303	14.479.201	13.308.299	6.956.577
Outros Passivos Financeiros	18.a	60.815.377	59.452.245	62.202.491	59.428.751
Outros Passivos	**19**	**26.147.330**	**10.218.257**	**35.337.841**	**16.164.475**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	20.b	-	87.702	123.624	171.130
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	20.b	1.636.216	1.565.666	1.833.057	1.665.134
Outras Provisões	19	1.624.381	1.527.594	5.888.132	5.730.626
Diversos	19	22.886.733	7.037.296	27.493.028	8.597.586
Passivos Fiscais Correntes	**11**	**1.083.847**	**940.470**	**2.280.695**	**2.374.368**
Passivo não Circulante		**315.461.513**	**319.776.644**	**302.373.034**	**311.837.837**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**276.892.475**	**262.445.497**	**256.938.274**	**245.356.883**
Depósitos	17	117.268.106	104.576.178	117.145.684	105.332.878
Captações no Mercado Aberto	17	731.632	15.715.553	680.432	15.715.553
Obrigações por Empréstimos	17	18.395.544	3.707.117	18.395.544	3.707.117
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17	7.348.759	7.466.070	7.348.759	7.466.070
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17	94.502.759	86.967.036	74.722.180	67.799.380
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	15.427.838	17.676.138	15.427.838	17.690.654
Outros Passivos Financeiros	18.a	23.217.837	26.337.405	23.217.837	27.645.231
Outros Passivos	**19**	**35.949.904**	**55.300.978**	**41.854.697**	**63.772.477**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	20.b	4.579.072	4.224.532	6.955.297	6.577.554
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	20.b	3.262.393	3.468.009	3.372.320	3.660.582
Outras Provisões	19	834.981	931.767	878.980	1.036.486
Diversos	19	27.273.458	46.676.670	30.648.100	52.497.855
Passivos Fiscais Diferidos	**11**	**2.619.134**	**2.030.169**	**3.580.063**	**2.708.477**
Resultados de Exercícios Futuros		-	**360.501**	-	**382.255**
Patrimônio Líquido	**21**	**80.345.580**	**78.844.071**	**80.335.226**	**78.739.563**
Capital Social	21.a	55.000.000	55.000.000	55.000.000	55.000.000
Reservas de Capital	21.c	374.218	387.537	381.332	400.701
Reservas de Lucros	21.c	31.061.284	27.954.392	30.754.863	27.445.196
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(4.966.859)	(3.784.819)	(4.677.906)	(3.393.295)
(-) Ações em Tesouraria	21.d	(1.123.063)	(713.039)	(1.123.063)	(713.039)
Participação dos Acionistas Minoritários	**21.e**	**-**	**-**	**1.398.928**	**1.257.244**
Total do Patrimônio Líquido		**80.345.580**	**78.844.071**	**81.734.154**	**79.996.808**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.006.077.922**	**980.816.744**	**986.588.726**	**963.375.970**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração do Resultado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2022	Banco 01/01 a 30/06/2021	Consolidado 01/01 a 30/06/2022	Consolidado 01/01 a 30/06/2021
Receitas da Intermediação Financeira		**37.482.298**	**25.092.779**	**42.399.620**	**30.253.142**
Operações de Crédito		29.600.306	20.057.178	36.103.427	25.417.072
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	161.509	114.234
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.V	9.490.666	3.014.908	6.290.572	1.780.397
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(4.878.937)	2.292.845	(3.443.401)	3.210.944
Resultado de Operações com Câmbio		180.851	(964.628)	180.851	(964.628)
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.089.412	692.476	3.106.662	695.123
Despesas da Intermediação Financeira		**(25.180.421)**	**(6.872.745)**	**(25.915.755)**	**(8.898.749)**
Operações de Captação no Mercado	17.b	(20.620.183)	(4.208.818)	(19.690.395)	(5.108.163)
Operações de Empréstimos e Repasses		4.167.825	3.169.053	4.147.065	3.169.830
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		321.208	103.754	548.075	103.761
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(9.049.271)	(5.936.734)	(10.920.500)	(7.064.177)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**12.301.877**	**18.220.034**	**16.483.865**	**21.354.393**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(3.331.099)**	**(5.581.545)**	**(5.551.206)**	**(7.528.126)**
Receitas de Prestação de Serviços	23	5.438.427	5.138.652	6.845.971	6.860.257
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.323.917	2.342.439	2.653.135	2.691.467
Despesas de Pessoal	24	(3.133.906)	(2.973.558)	(3.843.763)	(3.485.775)
Outras Despesas Administrativas	25	(6.178.695)	(6.715.375)	(6.248.771)	(7.045.077)
Despesas Tributárias		(1.871.954)	(1.891.715)	(2.546.544)	(2.436.627)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	2.454.165	1.959.333	43.400	28.566
Outras Receitas Operacionais	26	3.323.563	1.503.845	5.991.018	2.657.802
Outras Despesas Operacionais	27	(5.686.616)	(4.945.166)	(8.445.652)	(6.798.739)
Resultado Operacional		**8.970.778**	**12.638.489**	**10.932.659**	**13.826.267**
Resultado não Operacional	**28**	**402.729**	**52.584**	**416.272**	**28.077**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**9.373.507**	**12.691.073**	**11.348.931**	**13.854.344**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**11.c**	**(649.124)**	**(4.737.863)**	**(2.288.471)**	**(5.926.879)**
Provisão para Imposto de Renda		(436.809)	(2.634.890)	(1.472.885)	(3.499.625)
Provisão para Contribuição Social		(325.868)	(2.181.006)	(865.284)	(2.626.205)
Ativo Fiscal Diferido		113.553	78.033	49.698	198.951
Participações no Lucro		**(947.998)**	**(858.133)**	**(1.039.055)**	**(940.467)**
Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	(98.716)	(67.918)
Lucro Líquido		**7.776.385**	**7.095.077**	**7.922.689**	**6.919.080**
Número de Ações em Circulação (Mil)	21.a	7.442.979	7.467.021		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		1.044,79	950,19		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração do Resultado Abrangente

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido do Período	**7.776.385**	**7.095.077**	**7.922.689**	**6.919.080**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**(1.318.082)**	**(1.588.342)**	**(1.420.653)**	**(1.601.640)**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(800.766)	(1.056.200)	(903.337)	(1.069.498)
Próprios	(1.278.274)	(1.721.235)	(1.592.717)	(1.926.517)
De Ligada	(120.570)	(186.599)	-	-
Imposto de Renda	598.078	851.634	689.380	857.019
Hedge de Fluxo de Caixa	(517.316)	(532.142)	(517.316)	(532.142)
Próprios	(749.013)	(655.505)	(873.528)	(846.891)
De Ligada	(124.515)	(191.386)	-	-
Imposto de Renda	356.212	314.749	356.212	314.749
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**136.042**	**124.641**	**136.042**	**124.641**
Plano de Benefícios	136.042	124.641	136.042	124.641
Próprios	322.083	264.348	322.083	264.348
Imposto de Renda	(186.041)	(139.707)	(186.041)	(139.707)
Resultado Abrangente do Período	**6.594.345**	**5.631.376**	**6.638.078**	**5.442.081**
Atribuível à controladora			6.539.362	5.374.163
Atribuível aos Acionistas Minoritários			98.716	67.918
Total			**6.638.078**	**5.442.081**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**57.000.000**	**302.665**	**4.520.871**	**18.607.926**	**2.596.867**	**124.185**	**(3.178.279)**	**-**	**(791.358)**	**79.182.877**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	124.641	-	-	124.641
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	81.588	81.588
Resultado com Ações em Tesouraria		-	40.582	-	-	-		-	-	-	40.582
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(70.111)	-	-	-	-	-	-	-	(70.111)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.221.525)	(366.817)	-	-	-	(1.588.342)
Cisão	21.a	(2.000.000)	-	-	(527.444)	-	-	-	-	-	(2.527.444)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.095.077	-	7.095.077
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	354.754	-	-	-	-	(354.754)	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	(2.800.000)	-	-	-	(200.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	6.540.323	-	-	-	(6.540.323)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021		**55.000.000**	**273.136**	**4.875.625**	**21.820.805**	**1.375.342**	**(242.632)**	**(3.053.638)**	**-**	**(709.770)**	**79.338.868**
Mutações no Semestre		**(2.000.000)**	**(29.529)**	**354.754**	**3.212.879**	**(1.221.525)**	**(366.817)**	**124.641**	**-**	**81.588**	**155.991**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**55.000.000**	**387.537**	**5.270.647**	**22.683.745**	**(388.281)**	**(472.315)**	**(2.924.223)**	**-**	**(713.039)**	**78.844.071**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	136.042	-	-	136.042
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(410.024)	(410.024)
Resultado com Ações em Tesouraria		-	18.496	-	-	-		-	-	-	18.496
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(31.815)	-	-	-	-	-	-	-	(31.815)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.072.998)	(245.084)	-	-	-	(1.318.082)
Dividendos Prescritos		-	-	-	30.510	-	-	-	-	-	30.510
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.776.385	-	7.776.385
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	388.819	-	-	-	-	(388.820)	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	(1.300.000)	-	-	-	(700.000)	-	(2.000.000)
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.700.000)	-	(2.700.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	3.987.563	-	-	-	(3.987.563)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2022		**55.000.000**	**374.218**	**5.659.466**	**25.401.818**	**(1.461.279)**	**(717.399)**	**(2.788.181)**	**-**	**(1.123.063)**	**80.345.580**
Mutações no Semestre		**-**	**(13.319)**	**388.819**	**2.718.073**	**(1.072.998)**	**(245.084)**	**136.042**	**-**	**(410.024)**	**1.501.509**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Consolidado

				Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial							
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**57.000.000**	**298.313**	**4.520.872**	**17.990.263**	**3.004.187**	**124.186**	**(3.178.280)**	**-**	**(791.358)**	**78.968.183**	**1.150.708**	**80.118.891**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	124.641	-	-	124.641	-	124.641
Ações em Tesouraria	21.d	-	40.582	-	-	-	-	-	-	81.588	122.170	-	122.170
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(73.111)	-	-	-	-	-	-	-	(73.111)	-	(73.111)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.231.063)	(370.577)	-	-	-	(1.601.640)	-	(1.601.640)
Cisão	21.a	(2.000.000)	-	-	(527.444)	-	-	-	-	-	(2.527.444)	-	(2.527.444)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	6.919.080	-	6.919.080	-	6.919.080
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	345.954	-	-	-	-	(345.954)	-	-	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	(2.800.000)	-	-	-	(200.000)	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	5.847.526	-	-	-	(5.847.526)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	525.600	-	-	-	(525.600)	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.918	67.918
Outros		-	-	-	92.490	-	-	-	-	-	92.490	78.537	171.027
Saldos em 30 de junho de 2021		**55.000.000**	**265.784**	**4.866.826**	**21.128.435**	**1.773.124**	**(246.391)**	**(3.053.639)**	**-**	**(709.770)**	**79.024.369**	**1.297.163**	**80.321.532**
Mutações no Semestre		**(2.000.000)**	**(32.529)**	**345.954**	**3.138.172**	**(1.231.063)**	**(370.577)**	**124.641**	**-**	**81.588**	**56.186**	**146.455**	**202.641**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

				Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial							
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**55.000.000**	**400.701**	**5.270.258**	**22.174.938**	**3.242**	**(472.314)**	**(2.924.223)**	**-**	**(713.039)**	**78.739.563**	**1.257.244**	**79.996.808**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	136.042	-	-	136.042	-	136.042
Ações em Tesouraria	21.d	-	18.496	-	-	-	-	-	-	(410.024)	(391.528)	-	(391.528)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(37.865)	-	-	-	-	-	-	-	(37.865)	-	(37.865)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.175.569)	(245.084)	-	-	-	(1.420.653)	-	(1.420.653)
Dividendos Prescritos		-	-	-	30.510	-	-	-	-	-	30.510	-	30.510
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.922.689	-	7.922.689	-	7.922.689
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	396.134	-	-	-	-	(396.134)	-	-	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	(1.300.000)	-	-	-	(700.000)	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.700.000)	-	(2.700.000)	-	(2.700.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	4.126.555	-	-	-	(4.126.555)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	68.060	-	-	-	-	-	68.060	-	68.060
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.716	98.716
Outros		-	-	-	(11.592)	-	-	-	-	-	(11.592)	42.968	31.376
Saldos em 30 de junho de 2022		**55.000.000**	**381.332**	**5.666.392**	**25.088.471**	**(1.172.327)**	**(717.398)**	**(2.788.181)**	**-**	**(1.123.063)**	**80.335.226**	**1.398.928**	**81.734.154**
Mutações no Semestre		**-**	**(19.369)**	**396.134**	**2.913.533**	**(1.175.569)**	**(245.084)**	**136.042**	**-**	**(410.024)**	**1.595.663**	**141.684**	**1.737.346**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2022	Banco 01/01 a 30/06/2021	Consolidado 01/01 a 30/06/2022	Consolidado 01/01 a 30/06/2021
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		**7.776.385**	**7.095.077**	**7.922.689**	**6.919.080**
Ajustes ao Lucro Líquido		**14.422.743**	**57.332.110**	**19.045.195**	**60.657.215**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	9.049.271	5.936.734	10.920.500	7.064.177
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	679.541	682.691	881.828	748.235
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	391.611	256.714	462.326	281.504
Tributos Diferidos		155.461	444.203	23.461	441.755
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	(2.454.165)	(1.959.333)	(43.400)	(28.566)
Depreciações e Amortizações	25	1.383.415	2.289.078	1.474.746	2.413.988
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(3.957)	18.008	(19.134)	12.901
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(50.628)	(48.891)	(32.471)	(45.565)
Resultado na alienação de Investimentos	28	-	-	-	59
Atualização de Depósitos Judiciais	26	(244.928)	(89.156)	(301.314)	(106.148)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas		-	68.864	-	68.864
Atualização de Impostos a Compensar	26	(180.217)	(147.406)	(276.717)	(155.573)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(983)	(5.325)	(983)	(5.325)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		5.677.027	49.872.057	5.677.027	49.872.057
Outros		21.295	13.872	279.326	94.852
Variações em Ativos e Passivos		**(27.774.251)**	**(59.342.287)**	**(46.894.499)**	**(59.265.674)**
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(3.697.314)	24.164.722	(7.400.668)	29.564.425
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		6.228.674	11.899.979	4.393.567	9.409.958
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(11.532.873)	(26.398.275)	(13.493.797)	(31.086.826)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(482.338)	398.725	(454.876)	182.328
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		2.470.793	(2.639.646)	2.508.737	(2.665.608)
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		134.797.423	40.565.614	134.744.679	35.701.416
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(864.180)	(261.970)	(906.628)	(155.289)
Redução (aumento) em Outros Ativos		3.080.106	(3.114.243)	1.690.462	2.703.510
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(984.433)	2.366.328	(1.661.773)	3.285.874
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(3.492.161)	(5.206.070)	(3.471.454)	9.700.910
Aumento (redução) em Depósitos		9.058.690	8.958.711	11.467.502	8.535.789
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		3.494.118	(32.544.712)	(5.543.621)	(31.549.219)
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(3.576.025)	7.324.629	(3.557.715)	7.284.829
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(135.650.257)	(91.220.591)	(135.547.475)	(85.947.362)
Aumento (redução) em Outros Passivos		(26.407.350)	2.476.936	(29.185.511)	(17.931.548)
Aumento (redução) em Outros Passivos Fiscais Correntes		474.750	4.944.128	2.092.233	6.173.559
Aumento (redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(360.501)	64.889	(382.255)	58.659
Imposto Pago		(331.373)	(1.121.441)	(2.185.906)	(2.531.079)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(5.575.123)**	**5.084.900**	**(19.926.615)**	**8.310.621**
Atividades de Investimento					
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		(10.600.000)	-	-	-
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada		(365.108)	(600.000)	(395.316)	(18.664)
Aquisição de Outros Investimentos		(33)	-	(1.582)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(365.937)	(374.469)	(441.107)	(387.139)
Aplicações e Alienações no Intangível		(482.409)	936.500	(662.213)	723.373
Alienação de Participações em Coligadas e Controladas		38.491	876.065	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		285.331	-	40.548	39.612
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		318.439	343.668	327.520	354.469
Alienação de Imobilizado de Uso		514.856	23.634	538.237	573.482
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(10.656.370)**	**1.205.398**	**(593.913)**	**1.285.133**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Atividades de Financiamento					
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	21.d	(410.024)	81.588	(410.024)	81.588
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		39.880.014	56.264.246	46.980.649	53.546.544
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(2.711.601)	(46.964.881)	(5.999.778)	(47.732.251)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.272.323)	(4.057.853)	(4.302.821)	(4.115.414)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		-	-	61.794	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**32.486.066**	**5.323.100**	**36.329.820**	**1.780.467**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		**983**	**5.325**	**983**	**5.325**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**16.255.556**	**11.618.723**	**15.810.275**	**11.381.546**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**34.297.636**	**29.191.171**	**33.650.339**	**28.999.315**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**50.553.192**	**40.809.894**	**49.460.614**	**40.380.861**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração do Valor Adicionado

	Notas Explicativas	Banco				Consolidado			
		01/01 a 30/06/2022		01/01 a 30/06/2021		01/01 a 30/06/2022		01/01 a 30/06/2021	
Receitas da Intermediação Financeira		37.482.298		25.092.779		42.399.620		30.253.142	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancarias	23	7.762.344		7.481.091		9.499.106		9.551.724	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(9.049.271)		(5.936.734)		(10.920.500)		(7.064.177)	
Outras Receitas e Despesas		(1.960.324)		(3.388.737)		(2.038.362)		(4.112.860)	
Despesas da Intermediação Financeira		(17.026.490)		(841.324)		(15.992.041)		(1.678.175)	
Insumos de Terceiros		(4.352.905)		(4.031.153)		(4.325.963)		(4.232.884)	
Material, Energia e Outros		(181.538)		(129.235)		(194.907)		(137.879)	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	25	(1.163.206)		(1.071.342)		(1.150.924)		(1.268.193)	
Outros		(3.008.161)		(2.830.576)		(2.980.132)		(2.826.812)	
Valor Adicionado Bruto		**12.855.652**		**18.375.922**		**18.621.860**		**22.716.770**	
Retenções									
Depreciações e Amortizações	25	(1.383.415)		(2.289.078)		(1.474.746)		(2.413.988)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		**11.472.237**		**16.086.844**		**17.147.114**		**20.302.782**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	2.454.165		1.959.333		43.400		28.566	
Valor Adicionado Total a Distribuir		**13.926.402**		**18.046.177**		**17.190.514**		**20.331.348**	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		3.653.660	26,3%	3.446.718	19,1%	4.339.926	25,2%	3.978.470	19,6%
Remuneração	24	1.910.919		1.699.140		2.228.729		1.958.920	
Benefícios	24	591.128		594.143		791.426		706.617	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		196.765		162.531		248.622		192.968	
Outras		954.848		990.904		1.071.149		1.119.965	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.053.982	14,7%	7.109.238	39,4%	4.381.121	25,5%	8.967.675	44,1%
Federais		1.694.157		6.754.897		3.921.506		8.521.200	
Estaduais		280		336		427		376	
Municipais		359.545		354.005		459.187		446.099	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25	442.375	3,2%	395.144	2,2%	448.062	2,6%	398.205	2,0%
Remuneração de Capitais Próprios		7.776.385	55,8%	7.095.077	39,3%	8.021.405	46,7%	6.986.998	34,4%
Dividendos	21.b	2.000.000		3.000.000		2.000.000		3.000.000	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	2.700.000		-		2.700.000		-	
Reinvestimentos de Lucros		3.076.385		4.095.077		3.420.121		4.054.916	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-		-		(98.716)		(67.918)	
Total		**13.926.402**	**100,0%**	**18.046.177**	**100,0%**	**17.190.514**	**100,0%**	**20.331.348**	**100,0%**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes vide nota 32.h.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.911 que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propôs alterações nos documentos e divulgações a serem realizados com extinção e alteração dos seguintes documentos:

- Balancete e Balanço - sede e dependência (documentos 4020 e 4026);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Consolidada de Dependências e Participações Societárias no Exterior (documento 4343);
- Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Individual de Participação Societária no Exterior (documento 4313) será simplificado;
- Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor.

A Resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos:

- Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADOC 4060);
- Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADOC 4066), para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
- Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro (o qual ainda será objeto de maior detalhamento por parte do regulador).

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2025, sendo que Banco Santander, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN n° 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. O Banco Santander avaliou e já adota os procedimentos estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN n° 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1° de janeiro de

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

2025. O Banco Santander iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2022, na reunião realizada em 27 de julho de 2022.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2022, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2020. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular n° 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular n° 3.082/2002 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e

II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

h) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN n° 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

h.1) Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN nº 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN n° 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

i) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

k) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

A Resolução CMN n° 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, a principal alteração que trazida é a extinção do COSIF "Ações e cotas" do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como Títulos e Valores Mobiliários, a resolução passou a vigorar em janeiro de 2022. O Banco Santander avaliou e concluiu que não há impactos.

l) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

m) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

n) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);

- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

o) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

p) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

q) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

r) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

s) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

t) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

u) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma determina que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Passivo.

v) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

w) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

x) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

y) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN n° 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen n° 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

z) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 32.h

aa) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta-Circular BACEN nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

a) próprios;

b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

ab) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

ac) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

ad) Conversão de Taxas

A Resolução CMN n° 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõem sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco avaliou os impactos da adoção e está seguindo o cronograma de implantação.

ae) Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB n° 92/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022 dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dentre as alterações propostas, destaca-se principalmente a extinção do Grupo 5 – Rendas de Exercícios Futuros, sendo consequentemente todos os montantes do mesmo transferidos à conta de Outros Passivos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

				Banco
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	**10.091.602**	**16.361.758**	**28.091.844**	**19.522.250**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**40.461.590**	**17.935.878**	**12.718.050**	**9.668.922**
Aplicações no Mercado Aberto	29.618.110	15.055.356	5.163.132	7.348.568
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.661.493	1.655.705	1.128.431	1.131.436
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.181.987	1.224.817	6.426.487	1.188.917
Total	**50.553.192**	**34.297.636**	**40.809.894**	**29.191.171**

				Consolidado
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	**10.119.817**	**16.386.974**	**28.111.171**	**19.512.315**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**39.340.797**	**17.263.365**	**12.269.690**	**9.487.000**
Aplicações no Mercado Aberto	29.618.110	15.055.356	5.163.132	7.306.408
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.540.700	983.192	680.071	991.675
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.181.987	1.224.817	6.426.487	1.188.917
Total	**49.460.614**	**33.650.339**	**40.380.861**	**28.999.315**

As informações relativas a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				Banco	
				30/06/2022	**31/12/2021**
	Até 3 Meses	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**
Aplicações no Mercado Aberto	**47.420.240**	**-**	**-**	**47.420.240**	**25.883.579**
Posição Bancada	**5.795.021**	**-**	**-**	**5.795.021**	**7.066.196**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	236.175	-	-	236.175	706.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.068.662	-	-	3.068.662	1.556.526
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.490.184	-	-	2.490.184	4.803.425
Posição Financiada	**28.478.933**	**-**	**-**	**28.478.933**	**6.638.709**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	560.550	-	-	560.550	500.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.918.444	-	-	22.918.444	4.644.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.999.939	-	-	4.999.939	1.494.175
Posição Vendida	**13.146.286**	**-**	**-**	**13.146.286**	**12.178.674**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.894.068	-	-	3.894.068	2.772.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.252.218	-	-	9.252.218	8.792.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	614.286
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**13.274.388**	**47.333.028**	**29.074.140**	**89.681.556**	**91.952.361**
Aplicações em Moeda Estrangeira	**8.181.987**	**-**	**-**	**8.181.987**	**1.224.817**
Total	**68.876.615**	**47.333.028**	**29.074.140**	**145.283.783**	**119.060.757**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

				Consolidado	
				30/06/2022	31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	**47.444.317**	**-**	**-**	**47.444.317**	**25.912.368**
Posição Bancada	**5.819.098**	**-**	**-**	**5.819.098**	**7.094.986**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	236.174	-	-	236.174	706.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.092.740	-	-	3.092.740	1.585.316
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.490.184	-	-	2.490.184	4.803.425
Posição Financiada	**28.478.933**	**-**	**-**	**28.478.933**	**6.638.709**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	560.550	-	-	560.550	500.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.918.444	-	-	22.918.444	4.644.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.999.939	-	-	4.999.939	1.494.175
Posição Vendida	**13.146.286**	**-**	**-**	**13.146.286**	**12.178.673**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.894.068	-	-	3.894.068	2.772.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.252.218	-	-	9.252.218	8.792.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	614.285
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**2.055.271**	**3.304.406**	**2.121.437**	**7.481.114**	**6.492.133**
Aplicações em Moeda Estrangeira	**8.181.987**	**-**	**-**	**8.181.987**	**1.224.817**
Total	**57.681.575**	**3.304.406**	**2.121.437**	**63.107.418**	**33.629.318**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco					Consolidado				
				30/06/2022	31/12/2021				30/06/2022	31/12/2021
		Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	**50.338.950**	**(941.156)**	**-**	**49.397.794**	**43.030.702**	**53.086.565**	**(893.837)**	**-**	**52.192.728**	**54.550.213**
Títulos Públicos	47.737.473	(761.971)	-	46.975.502	41.914.956	50.419.843	(714.651)	-	49.705.192	51.360.528
Títulos Privados	2.601.478	(179.185)	-	2.422.292	1.115.746	2.666.722	(179.186)	-	2.487.536	3.189.685
Títulos Disponíveis para Venda	**127.362.076**	**-**	**(2.049.668)**	**125.312.409**	**149.877.343**	**147.063.214**	**-**	**(2.892.846)**	**144.170.367**	**157.876.639**
Títulos Públicos	85.257.349	-	(2.370.843)	82.886.506	113.510.140	102.841.663	-	(3.188.498)	99.653.164	122.306.684
Títulos Privados	42.104.727	-	321.176	42.425.903	36.367.203	44.221.551	-	295.652	44.517.203	35.569.955
Títulos Mantidos até o Vencimento	**22.972.672**	**-**	**-**	**22.972.672**	**15.279.130**	**22.972.672**	**-**	**-**	**22.972.672**	**15.279.130**
Títulos Públicos	22.231.156	-	-	22.231.156	13.871.974	22.231.156	-	-	22.231.156	13.871.974
Títulos Privados	741.516	-	-	741.516	1.407.156	741.516	-	-	741.516	1.407.156
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**200.673.698**	**(941.156)**	**(2.049.668)**	**197.682.875**	**208.187.175**	**223.122.450**	**(893.837)**	**(2.892.846)**	**219.335.767**	**227.705.982**

II) Títulos para Negociação

			Banco		Abertura por Vencimento					Banco
			30/06/2022	31/12/2021						30/06/2022
Títulos para Negociação	**Valor do Custo Amortizado**	**Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado**	**Valor Contábil**	**Valor Contábil**	**Sem Vencimento**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**47.737.473**	**(761.971)**	**46.975.502**	**41.914.956**	**-**	**6.587.965**	**7.057.109**	**7.218.238**	**26.112.190**	**46.975.502**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.235.883	1.858	1.237.741	3.341.790	-	183.806	267.245	414.348	372.342	1.237.741
Notas do Tesouro Nacional - NTN	37.583.031	(683.223)	36.899.809	12.531.398	-	4.639.233	6.336.558	3.985.225	21.938.793	36.899.809
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.711.365	(79.249)	8.632.116	24.340.120	-	1.676.568	351.033	2.806.522	3.797.992	8.632.116
Títulos da Dívida Agrária - TDA	23.292	(380)	22.911	23.972	-	1.687	6.413	12.139	2.672	22.911
Títulos da Dívida Externa Brasileira	392	2	394	1.673.785	-	-	-	3	391	394
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	183.510	(980)	182.531	-	-	86.671	95.860	-	-	182.531
Debentures	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	**2.601.477**	**(179.185)**	**2.422.292**	**1.115.746**	**479.057**	**2.862**	**5.803**	**24.443**	**1.910.128**	**2.422.292**
Ações	14.994	(3.125)	11.869	13.692	11.869	-	-	-	-	11.869
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	338.616	(2.591)	336.026	11.502	-	2.862	5.626	7.034	320.504	336.026
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	196.480	(127)	196.353	57.603	-	-	139	212	196.002	196.353
Cotas de Fundos de Investimento	461.398	5.789	467.187	400.331	467.187	-	-	-	-	467.187
Debêntures	1.589.989	(179.132)	1.410.857	632.618	-	-	38	17.196	1.393.623	1.410.857
Total	**50.338.950**	**(941.156)**	**49.397.794**	**43.030.702**	**479.057**	**6.590.827**	**7.062.912**	**7.242.680**	**28.022.318**	**49.397.794**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

										Consolidado
			30/06/2022	31/12/2021	Abertura por Vencimento					30/06/2022
Títulos para Negociação	**Valor do Custo Amortizado**	**Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado**	**Valor Contábil**	**Valor Contábil**	**Sem Vencimento**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**50.419.843**	**(714.651)**	**49.705.192**	**51.360.528**	**-**	**6.673.535**	**7.214.680**	**7.295.946**	**28.521.031**	**49.705.192**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.861.535	(73.032)	8.788.503	12.531.398	-	1.676.568	507.420	2.806.522	3.797.992	8.788.503
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.407.434	10.711	1.418.145	10.566.700	-	269.376	268.429	492.057	388.284	1.418.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN	39.944.026	(650.983)	39.293.043	26.560.782	-	4.639.233	6.336.558	3.985.225	24.332.027	39.293.043
Títulos da Dívida Agrária - TDA	22.945	(369)	22.576	23.972	-	1.687	6.413	12.139	2.337	22.576
Títulos da Dívida Externa Brasileira	392	2	394	1.673.785	-	-	-	3	391	394
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	183.511	(980)	182.531		-	86.671	95.860	-	-	182.531
Debêntures	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	**2.666.722**	**(179.186)**	**2.487.536**	**3.189.685**	**527.128**	**2.862**	**5.803**	**24.442**	**1.927.301**	**2.487.536**
Ações	15.022	(3.125)	11.897	1.502.576	11.897	-	-	-	-	11.897
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	40.097	-	40.097	-	40.097	-	-	-	-	40.097
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	338.617	(2.591)	336.026	11.502	-	2.862	5.626	7.034	320.504	336.026
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	196.480	(127)	196.353	57.603	-	-	139	212	196.002	196.353
Cotas de Fundos de Investimento	486.517	5.789	492.306	438.074	475.134	-	-	-	17.172	492.306
Debentures	1.589.989	(179.132)	1.410.857	1.076.252	-	-	38	17.196	1.393.623	1.410.857
Letras de Câmbio	-	-	-	103.678	-	-	-	-	-	-
Total	**53.086.565**	**(893.837)**	**52.192.728**	**54.550.213**	**527.128**	**6.676.397**	**7.220.483**	**7.320.388**	**30.448.332**	**52.192.728**

**Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.*

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

III) Títulos Disponíveis para Venda

						Banco					
				30/06/2022	31/12/2021	Abertura por Vencimento					30/06/2022
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**85.257.349**	**-**	**(2.370.843)**	**82.886.506**	**113.510.139**	**-**	**9.289.298**	**22.164.722**	**8.247.384**	**43.185.101**	**82.886.506**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	742	-	-	-	-	-	-
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	40.311.894	-	132.000	40.443.894	38.317.693	-	295.966	7.717.764	3.059.840	29.370.324	40.443.894
Letras do Tesouro Nacional - LTN (2)	-	-	-	-	16.532.828	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.768.050	-	(2.263.148)	20.504.902	38.448.233	-	2.538.811	-	4.899.954	13.066.137	20.504.902
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.294.554	-	(1.932)	1.292.622	2.274.913	-	43.662	212.730	287.590	748.640	1.292.622
Títulos da Dívida Externa Espanhola	19.117.330	-	(243.686)	18.873.644	15.606.719	-	5.564.617	13.309.027	-	-	18.873.644
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.139.696	-	10.928	1.150.624	2.329.011	-	637.076	513.548	-	-	1.150.624
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	625.814	-	(4.994)	620.820	-	-	209.167	411.654	-	-	620.820
Títulos Privados	**42.104.727**	**-**	**321.176**	**42.425.903**	**36.367.203**	**1.690.849**	**3.582.274**	**9.896.322**	**13.206.995**	**14.049.463**	**42.425.903**
Ações	320	-	(272)	49	49	49	-	-	-	-	49
Cédula de Produto Rural - CPR	15.170.156	-	(465.421)	14.704.734	9.597.656	-	1.386.888	7.027.831	3.725.384	2.564.631	14.704.734
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	197.223	-	12.235	209.458	151.514	-	-	-	115.296	94.161	209.458
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.600	-	(640)	1.960	2.784	-	-	-	-	1.960	1.960
Cotas de Fundos de Investimento	1.690.801	-	-	1.690.801	1.637.742	1.690.801	-	-	-	-	1.690.801
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	169.064	-	-	-	-	-	-
Debêntures (1)	20.087.967	-	802.779	20.890.745	19.306.649	-	1.801.955	2.103.663	5.826.449	11.158.679	20.890.745
Eurobonds	3.199.687	-	67.847	3.267.533	3.553.157	-	-	-	3.267.533	-	3.267.533
Letras Financeiras - LF	172.882	-	(306)	172.576	273.905	-	172.576	-	-	-	172.576
NOTA COMERCIAL	40.204	-	-	40.204	-	-	-	-	-	40.204	40.204
Notas Promissórias - NP	1.542.888	-	(95.046)	1.447.842	1.674.683	-	220.855	764.827	272.333	189.828	1.447.842
Total	**127.362.076**	**-**	**(2.049.668)**	**125.312.409**	**149.877.342**	**1.690.849**	**12.871.571**	**32.061.044**	**21.454.380**	**57.234.564**	**125.312.409**

*A Marcação a Mercado direcionada ao Resultado para os títulos em questão está atrelado à estratégia de Hedge de Risco de Mercado de risco de taxa de juros pré-fixada, vide nota 6.b) IV. Assim sendo, o efeito em resultado faz contrapartida aos instrumentos futuros de DI utilizados para realizar a proteção do valor justo dessa carteira.

Consolidado

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

				30/06/2022	31/12/2021	Abertura por Vencimento					30/06/2022
	Valor do	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:									
Títulos Disponíveis para Venda	Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**102.841.663**	**-**	**(3.188.498)**	**99.653.165**	**122.306.684**	**-**	**15.144.753**	**24.222.411**	**12.838.160**	**47.447.841**	**99.653.165**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	742	-	-	-	-	-	-
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	52.543.443	-	130.261	52.673.705	41.036.255	-	5.785.983	8.893.059	6.413.127	31.581.535	52.673.705
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.001.933	-	(90.452)	1.911.481	19.384.448	-	365.437	625.731	920.313	-	1.911.481
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	26.118.881	-	(2.988.612)	23.130.269	41.674.596	-	2.538.811	256.663	5.217.129	15.117.665	23.130.269
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.294.554	-	(1.932)	1.292.622	2.274.913	-	43.662	212.730	287.590	748.640	1.292.622
Títulos da Dívida Externa Espanhola	19.117.330	-	(243.686)	18.873.644	15.606.719	-	5.564.617	13.309.027	-	-	18.873.644
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.139.696	-	10.928	1.150.624	2.329.011	-	637.076	513.548	-	-	1.150.624
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	625.814	-	(4.994)	620.820		-	209.167	411.654	-	-	620.820
Títulos Privados	**44.221.551**	**-**	**295.652**	**44.517.203**	**35.569.955**	**3.347.171**	**3.582.274**	**9.896.321**	**13.206.995**	**14.484.442**	**44.517.203**
Ações	2.006.972	-	(272)	2.006.700	51	2.006.701	-	-	-	-	2.006.701
Cotas de Fundos de Investimento	1.344.267	-	(3.797)	1.340.470	1.306.605	1.340.470	-	-	-	-	1.340.470
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	31.384	-	-	-	-	-	-
Debêntures (1)	20.643.208	-	781.052	21.424.260	18.976.693	-	1.801.955	2.103.662	5.826.449	11.692.193	21.424.259
Eurobonds	3.199.687	-	67.847	3.267.533	3.553.157	-	-	-	3.267.533	-	3.267.533
Notas Promissórias - NP	1.444.353	-	(95.046)	1.349.307	1.674.683	-	220.855	764.827	272.333	91.292	1.349.307
Letras Financeiras - LF	172.882	-	(306)	172.576	273.905	-	172.576	-	-	-	172.576
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.600	-	(640)	1.960	2.784	-	-	-	-	1.960	1.960
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	197.223	-	12.235	209.458	151.514	-	-	-	115.296	94.161	209.458
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	1.524	-	-	-	-	-	-
NOTA COMERCIAL	40.204	-	-	40.204	-	-	-	-	-	40.204	40.204
Cédula de Produto Rural - CPR	15.170.156	-	(465.421)	14.704.734	9.597.655	-	1.386.888	7.027.831	3.725.384	2.564.631	14.704.734
Total	**147.063.213**	**-**	**(2.892.846)**	**144.170.368**	**157.876.639**	**3.347.171**	**18.727.026**	**34.118.732**	**26.045.155**	**61.932.283**	**144.170.367**

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R$ 372.505 - (31/12/2021 - R$ 67.606) em títulos disponíveis para venda.

(2) Em 30 de junho de 2022, a quantidade de – 702.578 no valor de R$ 692.063 - (31/12/2021 – 913.500 no valor de R$858.663) de Notas de Tesouro Nacional - NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar dos Planos de Previdência junto a entidade BANESPREV.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

			Abertura por Vencimento				Banco/Consolidado 30/06/2022
	Valor do Custo Amortizado/Contábil						
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	**30/06/2022**	31/12/2021	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**22.231.156**	**13.871.974**	**-**	**648.459**	**19.608.146**	**1.974.551**	**22.231.156**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.199.896	-	-	-	9.199.896	-	9.199.896
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.500.903	4.822.599	-	-	4.500.903	-	4.500.903
Títulos da Dívida Externa Brasileira	8.530.356	9.049.375	-	648.459	5.907.346	1.974.551	8.530.356
Títulos Privados	**741.516**	**1.407.156**	**-**	**741.516**	**-**	**-**	**741.516**
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	741.516	1.407.156	-	741.516	-	-	741.516
Total	**22.972.672**	**15.279.131**	**-**	**1.389.975**	**19.608.146**	**1.974.551**	**22.972.672**

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R$ 23.154.688 - (31/12/2021 - R$14.993.443).

Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação de títulos e valores mobiliários, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento. Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças externas ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/22 e com objetivo de adequar as novas condições de melhor gestão de risco de juros uma vez que se avalia que o Banco possui a capacidade econômica financeira para manter em balanço os títulos públicos pré-fixados LTNs, que até então eram utilizados para a proteção do risco de juros dos instrumentos financeiros relativos a cobertura da variação cambial do investimento no exterior.

Dessa forma, foram reclassificados, em 30 de junho de 2022, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024, no montante de R$ 11 bilhões sem impacto em resultado. O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, na data da reclassificação é de R$ 1.057 milhões e será amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	3.150.937	(1.121.165)	3.586.711	(590.948)
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.107.600	3.683.697	2.432.755	1.772.209
Resultado de Títulos de Renda Variável	18.707	(31.841)	(156.247)	12.671
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	104.382	109.463

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(113.454)	250.099	(108.888)	250.099
Outras (3)	326.876	234.118	431.859	226.903
Total	**9.490.666**	**3.014.908**	**6.290.572**	**1.780.397**

(1) Inclui despesa de variação cambial no valor de R$ (6.039.922) - no Banco e no Consolidado (2021 - receita de R$ 2.831.356 no Banco e no Consolidado).
(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.
(3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R$ 338.230 - no Banco e no Consolidado (2021 - despesa de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R$ 226.902 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco				Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Swap	17.568.006	13.532.792	14.499.987	16.194.023	12.148.872	14.568.300	7.641.355	8.538.705
Opções	1.486.925	1.971.946	1.548.530	2.202.234	1.486.925	1.971.946	1.370.541	2.256.244
Contratos a Termo e Outros	12.886.925	17.739.403	12.892.381	13.759.082	12.886.925	12.195.891	12.077.828	13.852.282
Total	**31.941.856**	**33.244.141**	**28.940.898**	**32.155.339**	**26.522.722**	**28.736.137**	**21.089.724**	**24.647.231**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

						Banco
			30/06/2022			31/12/2021
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	**902.467.450**	**(4.520.096)**	**4.035.214**	**837.762.019**	**(1.804.602)**	**(1.694.036)**
Ativo	**448.980.469**	**13.063.833**	**17.568.006**	**418.137.448**	**13.189.437**	**14.499.987**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	99.990.825	3.422.566	5.428.373	66.837.268	318.541	1.826.150
Taxa de Juros Pré - Reais	219.766.633	8.537.305	7.980.402	231.741.021	9.269.271	8.932.246
Indexados em Índices de Preços e Juros	3.411.458	34.289	40.062	2.089.110	799.550	298.439
Moeda Estrangeira	125.811.553	1.069.673	4.119.169	91.837.446	2.775.313	3.205.330
Outros	-	-	-	25.632.603	26.763	237.822
Passivo	**453.486.981**	**(17.583.929)**	**(13.532.792)**	**419.624.570**	**(14.994.039)**	**(16.194.023)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	77.114.036	(3.533.809)	(5.222.804)	321.402.883	(4.171.481)	(12.350.345)
Taxa de Juros Pré - Reais	237.952.520	(11.095.055)	(2.424.915)	48.874.762	(6.760.576)	(2.408.062)
Indexados em Índices de Preços e Juros	10.708.223	(192.397)	(378.927)	22.827.336	(28.407)	(1.142.945)
Moeda Estrangeira	127.712.203	(2.762.667)	(5.506.146)	887.129	(4.006.955)	(54.849)
Outros	-	-	-	25.632.461	(26.621)	(237.822)
Opções	**717.180.328**	**(958.917)**	**(485.021)**	**1.130.172.099**	**(610.691)**	**(653.704)**
Compromissos de Compra	**383.278.427**	**1.707.867**	**1.486.925**	**564.829.758**	**1.225.532**	**1.548.530**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	21.559.532	836.500	846.275	9.898.179	271.464	382.237
Opções de Venda Moeda Estrangeira	15.981.344	657.519	503.550	4.094.316	140.280	187.123
Opções de Compra Outras	77.831.496	77.611	93.994	31.248.540	444.648	673.616
Mercado Interfinanceiro	75.419.297	1.090	69.160	28.499.055	444.446	673.202
Outras (2)	2.412.199	76.521	24.834	2.749.485	203	414
Opções de Venda Outras	267.906.056	136.237	43.106	519.588.723	369.140	305.553
Mercado Interfinanceiro	267.453.073	102.523	1.641	519.588.723	369.140	305.553
Outras (2)	452.983	33.714	41.465	-	-	-
Compromissos de Venda	**333.901.900**	**(2.666.785)**	**(1.971.946)**	**565.342.341**	**(1.836.224)**	**(2.202.234)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	20.044.786	(644.947)	(619.801)	4.111.016	(170.553)	(152.348)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	17.299.115	(541.913)	(464.756)	4.017.161	(348.715)	(287.825)
Opções de Compra Outras	23.936.041	(1.170.949)	(731.898)	33.383.234	(719.460)	(872.335)
Mercado Interfinanceiro	15.064.411	(254.408)	(246.170)	31.730.928	(713.773)	(858.586)
Outras (2)	8.871.630	(916.541)	(485.728)	1.652.305	(5.687)	(13.749)
Opções de Venda Outras	272.621.958	(308.977)	(155.491)	523.830.930	(597.497)	(889.726)
Mercado Interfinanceiro	272.530.682	(307.545)	(154.636)	523.830.930	(597.497)	(889.726)
Outras (2)	91.276	(1.432)	(855)	-	-	-
Contratos de Futuros	**196.796.325**	**-**	**-**	**287.984.278**	**-**	**-**
Posição Comprada	**147.177.885**	**-**	**-**	**148.237.279**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	74.656.849	-	-	85.931.389	-	-

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Taxa de Juros (DI1 e DIA)	53.515.987	-	-	28.491.764	-	-
Moeda Estrangeira	16.939.724	-	-	33.797.350	-	-
Índice (3)	1.789.219	-	-	16.776	-	-
Treasury Bonds/Notes	276.107	-	-	-	-	-
Posição Vendida	**49.618.440**	**-**	**-**	**139.746.999**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	15.705.129	-	-	60.606.204	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	18.992.828	-	-	53.267.620	-	-
Moeda Estrangeira	10.643.222	-	-	25.678.296	-	-
Índice (3)	2.916.301	-	-	194.879	-	-
Treasury Bonds/Notes	1.360.960	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	**126.688.148**	**3.986.101**	**(4.852.478)**	**174.435.332**	**2.836.843**	**(866.701)**
Compromissos de Compra	**86.359.303**	**6.044.618**	**12.886.925**	**96.509.221**	**5.345.415**	**12.892.381**
Moedas	5.807.415	579.232	10.884.169	83.752.185	2.738.485	10.306.159
Outros	80.551.888	5.465.386	2.002.756	12.757.036	2.606.930	2.586.222
Compromissos de Venda	**40.328.845**	**(2.058.518)**	**(17.739.403)**	**77.926.111**	**(2.508.572)**	**(13.759.082)**
Moedas	37.154.103	(1.198.754)	(15.894.240)	71.611.500	(1.141.826)	(12.586.625)
Outros	3.174.742	(859.764)	(1.845.164)	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)

			30/06/2022			Consolidado 31/12/2021
Negociação	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**
Swap	**902.467.449**	**(4.520.096)**	**(2.419.428)**	**841.676.369**	**(1.804.602)**	**(897.350)**
Ativo	**448.980.468**	**13.063.833**	**12.148.872**	**422.001.798**	**13.189.437**	**7.641.355**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	99.990.825	3.422.566	5.428.373	66.837.268	318.541	(778.177)
Taxa de Juros Pré - Reais	219.766.633	8.537.305	2.561.268	235.605.371	9.269.271	6.412.471
Indexados em Índices de Preços e Juros	3.411.458	34.289	40.062	2.089.110	799.550	(234.488)
Moeda Estrangeira	125.811.553	1.069.673	4.119.169	91.837.446	2.775.313	2.003.728
Outros	-	-	-	25.632.603	26.763	237.822
Passivo	**453.486.981**	**(17.583.929)**	**(14.568.299)**	**419.674.570**	**(14.994.039)**	**(8.538.705)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	77.114.036	(3.533.809)	(5.222.804)	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)
Taxa de Juros Pré - Reais	237.952.520	(11.095.055)	(3.460.423)	48.874.762	(6.760.576)	2.467.425
Indexados em Índices de Preços e Juros	10.708.223	(192.397)	(378.927)	22.827.336	(28.407)	(728.677)
Moeda Estrangeira	127.712.203	(2.762.667)	(5.506.146)	937.129	(4.006.955)	2.287.852
Outros	-	-	-	25.632.461	(26.621)	(237.822)
Opções	**717.180.328**	**(958.917)**	**(485.022)**	**1.130.172.099**	**(610.691)**	**(885.703)**
Compromissos de Compra	**383.278.427**	**1.707.867**	**1.486.925**	**564.829.758**	**1.225.532**	**1.370.541**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	21.559.532	836.500	846.275	9.898.179	271.464	382.237
Opções de Venda Moeda Estrangeira	15.981.344	657.519	503.549	4.094.316	140.280	187.123
Opções de Compra Outras	77.831.496	77.611	93.994	31.248.540	444.648	495.628
Mercado Interfinanceiro	75.419.297	1.090	69.160	28.499.055	444.446	495.214
Outras (2)	2.412.199	76.521	24.834	2.749.485	203	414
Opções de Venda Outras	267.906.056	136.237	43.106	519.588.723	369.140	305.553
Mercado Interfinanceiro	267.453.073	102.523	1.641	519.588.723	369.140	305.553

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Outras (2)	452.983	33.714	41.465	-	-	-
Compromissos de Venda	**333.901.900**	**(2.666.785)**	**(1.971.946)**	**565.342.341**	**(1.836.224)**	**(2.256.244)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	20.044.786	(644.947)	(619.801)	4.111.016	(170.553)	(152.348)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	17.299.115	(541.913)	(464.756)	4.017.161	(348.715)	(287.825)
Opções de Compra Outras	23.936.041	(1.170.949)	(731.898)	33.383.234	(719.460)	(872.335)
Mercado Interfinanceiro	15.064.411	(254.408)	(246.170)	31.730.928	(713.773)	(858.586)
Outras (2)	8.871.630	(916.541)	(485.728)	1.652.305	(5.687)	(13.749)
Opções de Venda Outras	272.621.958	(308.977)	(155.491)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Mercado Interfinanceiro	272.530.682	(307.545)	(154.636)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Outras (2)	91.276	(1.432)	(855)	-	-	-
Contratos de Futuros	**196.796.325**	**-**	**-**	**287.984.278**	**-**	**-**
Posição Comprada	**147.177.885**	**-**	**-**	**148.237.279**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	74.656.849	-	-	85.931.389	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	53.515.987	-	-	28.491.764	-	-
Moeda Estrangeira	16.939.724	-	-	33.797.350	-	-
Índice (3)	1.789.219	-	-	16.776	-	-
Treasury Bonds/Notes	276.107	-	-	-	-	-
Posição Vendida	**49.618.440**	**-**	**-**	**139.746.999**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	15.705.129	-	-	60.606.204	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	18.992.828	-	-	53.267.620	-	-
Moeda Estrangeira	10.643.222	-	-	25.678.296	-	-
Índice (3)	2.916.301	-	-	194.879	-	-
Treasury Bonds/Notes	1.360.960	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	**126.688.148**	**3.986.101**	**691.034**	**174.435.332**	**2.836.843**	**(1.774.454)**
Compromissos de Compra	**86.359.303**	**6.044.618**	**12.886.925**	**96.509.221**	**5.345.415**	**12.077.828**
Moedas	5.807.415	579.232	10.884.169	83.752.185	2.738.485	9.491.606
Outros	80.551.888	5.465.386	2.002.756	12.757.036	2.606.930	2.586.222
Compromissos de Venda	**40.328.845**	**(2.058.518)**	**(12.195.891)**	**77.926.111**	**(2.508.572)**	**(13.852.282)**
Moedas	37.154.103	(1.198.754)	(10.350.728)	71.611.500	(1.141.826)	(12.679.825)
Outros	3.174.742	(859.764)	(1.845.164)	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	Banco Valor Referencial									
	Contraparte					Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação	
				30/06/2022	31/12/2021				30/06/2022	
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	316.768.028	90.803.860	41.408.580	448.980.468	418.137.448	35.795.964	105.056.504	308.128.000	64.468.629	384.511.839
Opções	75.085.449	1.770.126	640.324.752	717.180.328	1.130.172.099	227.786.130	437.825.169	51.569.029	274.883.856	442.296.472
Contratos de Futuros	8.753.576	-	188.042.749	196.796.325	287.984.278	99.455.000	51.225.229	46.116.097	196.796.325	-
Contratos a Termo e Outros	118.576.989	87.573	8.023.586	126.688.148	174.435.332	58.681.207	48.458.407	19.548.535	11.931.696	114.756.452

	Consolidado Valor Referencial									
	Contraparte					Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação	
				30/06/2022	31/12/2021				30/06/2022	
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	316.768.028	90.803.860	41.408.580	448.980.468	422.001.798	35.795.964	105.056.504	308.128.000	64.468.629	384.511.839
Opções	75.085.449	1.770.126	640.324.752	717.180.328	1.130.172.099	227.786.130	437.825.169	51.569.029	274.883.856	442.296.472
Contratos de Futuros	8.753.576	-	188.042.749	196.796.325	287.984.278	99.455.000	51.225.229	46.116.097	196.796.325	-
Contratos a Termo e Outros	118.576.989	87.573	8.023.586	126.688.148	174.435.332	58.681.207	48.458.407	19.548.535	11.931.696	114.756.452

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

• Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.

• O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados nas agências Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

• O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.

• O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.

• A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.

• O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada no passivo através de emissões de letras de crédito imobiliário (LCI). Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.

• O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por emissão de Letra Imobiliária Garantida. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.

• No segundo trimestre de 2022, foi implementada uma nova estrutura de hedge accounting com designação a partir de 01 de abril de 2022 em que relação de hedge é realizar a proteção de até 100% das dívidas que compõem a carteira de Time Deposit e Bancos correspondentes denominadas em Dólar, através da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção do risco de variação cambial.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

• Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.

• Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

• O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Banco

	30/06/2022				31/12/2021			
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Valor Contábil**		**Notional**	
***Hedge* de Risco de Mercado**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**
Contratos de *Swap*	**58.185**	**83.888**	**453.937**	**439.405**	**84.937**	**82.563**	**559.396**	**551.710**
Hedge de Operações de Crédito	58.185	83.888	453.937	439.405	84.937	82.563	559.396	551.710
Contratos de Futuros	**341.592**	**237.221**	**34.604.150**	**31.102.578**	**46.351.128**	**41.430.054**	**45.202.938**	**41.437.967**
Hedge de Operações de Crédito	87.798	170.766	5.320.565	3.310.370	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	20.961	24.873	18.147.962	18.125.530	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378
Hedge de Captações	232.833	41.582	11.135.623	9.666.678	-	-	-	-
***Hedge* de Fluxo de Caixa**								
Contratos de Futuros	**9.948**	**13.303**	**35.711.172**	**34.326.836**	**119.760.298**	**110.316.582**	**128.673.067**	**110.932.644**
Hedge de Operações de Crédito	-	11.505	2.751.875	2.586.217	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.948	1.798	32.959.297	31.740.619	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781
Hedge de Captações	-	-	-	-	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000

Consolidado

	30/06/2022				31/12/2021			
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Valor Contábil**		**Notional**	
Hedge *de Risco de Mercado*	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**
Contratos de *Swap*	**58.185**	**83.888**	**453.937**	**439.405**	**84.937**	**82.563**	**559.396**	**551.710**
Hedge de Operações de Crédito	58.185	83.888	453.937	439.405	84.937	82.563	559.396	551.710
Contratos de Futuros	**341.592**	**237.221**	**34.604.150**	**31.102.578**	**46.351.128**	**41.430.054**	**45.202.938**	**41.437.967**
Hedge de Operações de Crédito	87.798	170.766	5.320.565	3.310.370	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	20.961	24.873	18.147.962	18.125.530	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378
Hedge de Captações	232.833	41.582	11.135.623	9.666.678	-	-	-	-
Hedge *de Fluxo de Caixa*								
Contratos de *Swap*	**4.021.939**	**3.915.796**	**2.284.194**	**2.080.633**	**4.799.882**	**3.922.255**	**5.904.442**	**3.864.350**
Hedge de Captações	4.021.939	3.915.796	2.284.194	2.080.633	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350
Contratos de Futuros	**9.948**	**13.303**	**35.711.172**	**34.326.836**	**119.760.298**	**110.316.582**	**128.673.067**	**110.932.644**
Hedge de Operações de Crédito	-	11.505	2.751.875	2.586.217	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.948	1.798	32.959.297	31.740.619	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781
Hedge de Captações	-	-	-	-	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	Banco					Consolidado				
				30/06/2022	31/12/2021				30/06/2022	31/12/2021
Estratégias	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**
***Hedge* de Risco de Mercado**										
***Contratos de* Swap**	**-**	**-**	**83.888**	**83.888**	**84.767**	**-**	**-**	**83.888**	**83.888**	**84.767**
Hedge de Operações de Crédito	-	-	83.888	83.888	84.767	-	-	83.888	83.888	84.767
Contratos de Futuros	**35.014**	**135.349**	**66.859**	**237.221**	**41.437.967**	**35.014**	**135.349**	**66.859**	**237.221**	**41.437.967**
Hedge de Operações de Crédito	35.014	135.752	-	170.766	38.587.378	35.014	135.752	-	170.766	38.587.378
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	(403)	25.277	24.873	2.850.589	-	(403)	25.277	24.873	2.850.589
Hedge de Captações	-	-	41.582	41.582	-	-	-	41.582	41.582	-
***Hedge* de Fluxo de Caixa**										
***Contratos de* Swap**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.728.462**	**-**	**-**	**3.915.796**	**3.915.796**	**3.728.462**
Hedge de Captações	-	-	-	-	3.728.462	-	-	3.915.796	3.915.796	3.728.462
Contratos de Futuros	**-**	**13.303**	**-**	**13.303**	**110.932.644**	**-**	**13.303**	**-**	**11.505**	**110.932.644**
Hedge *de Operações de Crédito*	-	11.505	-	11.505	28.542.862	-	11.505	-	11.505	28.542.862
Hedge *de Títulos e Valores Mobiliários*	-	1.798	-	1.798	71.320.781	-	1.798	-	1.798	71.320.781
Hedge *de Captações*	-	-	-	-	11.069.000	-	-	-	-	11.069.000

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R$744.519 (31/12/2021 - R$193.793) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R$0 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	Banco/Consolidado Valor Nominal			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Risco Retido - *Swap* de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - *Swap* de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - *Swap* de Crédito
Swap de Créditos	3.739.852	-	3.984.392	-
Total	**3.739.852**	**-**	**3.984.392**	**-**

	30/06/2022		31/12/2021	
Futuros - Brutos	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Acima de 12 Meses**	**Total**
Por Instrumento: CDS	3.739.852	3.739.852	3.984.392	3.984.392
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.739.852	3.739.852	3.984.392	3.984.392
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	3.739.852	3.739.852	3.984.392	3.984.392

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.887.465	28.481.618	16.743.524	31.305.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.015.470	2.067.868	3.751.223
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.433.364	4.551.507	23.031.422	7.725.538
Total	**32.320.828**	**34.048.594**	**41.842.814**	**42.782.310**

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Operações de Crédito	**325.044.180**	**317.359.419**	**391.619.071**	**383.479.674**
Empréstimos e Títulos Descontados	212.843.183	209.544.801	215.699.642	211.026.403
Financiamentos	41.869.001	39.635.785	105.587.433	104.274.438
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	14.140.964	13.409.499	14.140.964	13.409.499
Financiamentos Imobiliários	56.191.032	54.769.334	56.191.032	54.769.334
Operações de Arrendamento Mercantil	**-**	**-**	**2.710.499**	**2.695.952**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	**9.135.051**	**6.380.642**	**9.135.051**	**6.380.642**
Outros Créditos (2)	**61.820.346**	**66.841.237**	**65.124.982**	**70.101.593**
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 10.a.)	338.772	169.942	559.361	471.385
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido - Carteira de Câmbio	131.160	131.244	131.160	131.244
Outros Créditos Diversos	61.350.414	66.540.051	64.434.461	69.498.964
Total	**395.999.577**	**390.581.298**	**468.589.603**	**462.657.861**

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações (Nota 9).
(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R$2.848.023 - (31/12/2021 - R$13.255.965). Esses montantes referiam-se a operações, substancialmente, de empréstimos e títulos descontados, não tendo valores deste montante com empresa do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2022, o valor presente das operações cedidas é de R$36.219 - (31/12/2021- R$40.790).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;

- Contratos objeto de renegociação;

- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e

- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Vencidas	11.438.681	8.604.538	12.917.245	9.851.990
A vencer:			-	
Até 3 meses	96.591.815	95.540.587	106.552.139	105.690.188
De 3 a 12 meses	92.354.297	94.386.260	116.684.173	118.277.838
Acima de 12 meses	195.614.784	192.049.913	232.436.046	228.837.845
Total	**395.999.577**	**390.581.298**	**468.589.603**	**462.657.861**

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Setor Privado	**395.045.647**	**389.584.358**	**467.634.937**	**461.660.021**
Indústria	64.728.057	66.175.356	65.964.710	67.326.360
Comércio	49.419.502	46.914.290	54.907.340	52.116.991
Instituições Financeiras	1.678.995	1.409.948	1.287.380	1.139.660
Serviços e Outros (1)	62.586.912	64.288.268	69.466.472	70.874.163
Pessoas Físicas	**212.044.102**	**206.057.453**	**271.346.652**	**265.381.454**
Cartão de Crédito	45.505.455	45.804.859	45.505.455	45.804.859
Crédito Imobiliário	54.339.737	52.992.797	54.339.737	52.992.797
Crédito Consignado	54.473.308	52.303.502	54.473.308	52.303.502
Financiamento e Leasing de Veículos	1.285.095	1.703.858	56.179.225	56.514.921
Outros (2)	56.440.507	53.252.437	60.848.927	57.765.375
Agricultura	**4.588.079**	**4.739.043**	**4.662.383**	**4.821.393**
Setor Público	**953.930**	**996.940**	**954.666**	**997.840**
Governo Estadual	361.044	331.735	361.044	331.735
Governo Municipal	592.886	665.205	593.622	666.105
Total	**395.999.577**	**390.581.298**	**468.589.603**	**462.657.861**

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Banco

		30/06/2022						31/12/2021					
		Carteira de Créditos			Provisão			Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0%	177.131.101	-	177.131.101	-	-	-	180.139.073	-	180.139.073	-	-	-
A	0,5%	104.779.727	-	104.779.727	523.899	3	523.902	104.992.054	-	104.992.054	524.960	2	524.962
B	1,0%	35.036.329	2.388.523	37.424.852	374.249	206	374.455	35.871.587	2.253.434	38.125.021	381.250	167	381.417
C	3,0%	28.884.407	3.193.832	32.078.239	962.347	1.925	964.272	29.029.189	2.798.938	31.828.127	954.844	1.899	956.743
D	10,0%	12.905.965	3.958.258	16.864.223	1.686.422	84.212	1.770.634	10.439.757	3.063.622	13.503.379	1.350.338	2.206.475	3.556.813
E	30,0%	3.218.604	2.864.414	6.083.018	1.824.905	1.046.272	2.871.177	2.346.953	2.301.009	4.647.962	1.394.389	757.194	2.151.583
F	50,0%	2.365.016	2.228.360	4.593.376	2.296.688	773.339	3.070.027	1.828.300	1.831.787	3.660.087	1.830.043	582.385	2.412.428
G	70,0%	2.367.959	2.011.920	4.379.879	3.065.916	919.319	3.985.235	1.865.631	1.570.929	3.436.560	2.405.590	643.556	3.049.146
H	100,0%	5.487.904	7.125.263	12.613.167	12.613.167	-	12.613.167	3.375.689	6.964.787	10.340.476	10.340.475	-	10.340.475
Total	**-**	**372.177.012**	**23.770.570**	**395.947.582**	**23.347.593**	**2.825.276**	**26.172.869**	**369.888.233**	**20.784.506**	**390.672.739**	**19.181.889**	**4.191.678**	**23.373.567**

Consolidado

		30/06/2022						31/12/2021					
		Carteira de Créditos			Provisão			Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0%	194.801.477	-	194.801.477	-	-	-	199.635.521	-	199.635.521	-	-	-
A	0,5%	139.884.465	2.046	139.886.511	699.433	3	699.436	138.688.667	2.090	138.690.757	693.454	2	693.456
B	1,0%	42.770.284	4.234.639	47.004.923	470.049	206	470.255	44.189.990	3.890.801	48.080.791	480.808	167	480.975
C	3,0%	30.828.433	4.948.561	35.776.994	1.073.310	1.925	1.075.235	31.313.221	4.196.290	35.509.511	1.065.285	1.899	1.067.184
D	10,0%	13.634.713	5.068.958	18.703.671	1.870.367	84.212	1.954.579	11.009.408	3.847.376	14.856.784	1.485.678	2.245.960	3.731.638
E	30,0%	3.407.726	3.601.853	7.009.579	2.102.874	1.046.272	3.149.146	2.633.675	2.896.095	5.529.770	1.658.931	887.864	2.546.795
F	50,0%	2.627.075	2.866.054	5.493.129	2.746.564	784.976	3.531.540	1.936.705	2.275.793	4.212.498	2.106.249	690.148	2.796.397
G	70,0%	2.442.740	2.462.908	4.905.648	3.433.953	1.071.685	4.505.638	2.031.334	1.916.832	3.948.166	2.763.716	765.637	3.529.353
H	100,0%	5.829.385	9.126.291	14.955.676	14.955.676	-	14.955.676	3.690.054	8.595.444	12.285.498	12.285.498	-	12.285.498
Total		**436.226.298**	**32.311.310**	**468.537.608**	**27.352.226**	**2.989.279**	**30.341.505**	**435.128.575**	**27.620.721**	**462.749.296**	**22.539.619**	**4.591.677**	**27.131.296**

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R$51.995 - (31/12/2021- R$91.435), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

		Banco/Consolidado			
		30/06/2022		31/12/2021	
Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida
AA	0,0%	7.445	-	9.132	-
A	0,5%	245.943	184	401.095	301
B	1,0%	169.865	255	276.818	415
C	3,0%	185.108	833	285.783	1.286
D	10,0%	138.603	2.079	165.099	2.476
E	30,0%	11.913	536	15.153	682
F	50,0%	8.832	662	19.682	1.476
G	70,0%	9.533	1.001	15.714	1.650
H	100,0%	231.351	13.182	120.077	18.011
Total		**1.008.593**	**18.733**	**1.308.553**	**26.297**

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Saldo Inicial	**23.373.568**	**21.835.445**	**27.131.296**	**25.067.489**
Constituições Líquidas das Reversões	9.049.271	5.936.734	10.920.500	7.064.177
Baixas	(6.249.970)	(5.174.358)	(7.710.291)	(6.129.653)
Saldo Final	**26.172.869**	**22.597.821**	**30.341.505**	**26.002.013**
Créditos Recuperados	**1.154.703**	**1.322.337**	**1.464.128**	**1.498.852**

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Créditos Renegociados	27.157.821	20.005.822	31.684.401	23.634.268
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(13.374.036)	(10.100.946)	(14.775.465)	(11.120.588)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	49,2%	50,5%	46,6%	47,1%

g) Concentração de Crédito

			Consolidado	
	30/06/2022		31/12/2021	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	**Risco**	**%**	**Risco**	**%**
Maior Devedor	7.419.917	1,2%	6.767.732	1,4%
10 Maiores	41.352.653	6,9%	40.864.829	7,5%
20 Maiores	62.400.199	10,4%	60.535.018	11,2%
50 Maiores	96.910.461	16,2%	93.411.357	17,6%
100 Maiores	126.984.291	21,3%	124.364.929	23,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

9. Carteira de Câmbio

Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	20.239.093	25.885.822
Câmbio Comprado a Liquidar	38.126.058	38.311.762
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(673.185)	(138.651)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas	131.160	131.244
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	-	2.752
Total	**57.823.126**	**64.192.929**
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	27.517.052	34.822.053
Obrigações por Compra de Câmbio	31.027.788	29.117.239
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(9.135.051)	(6.380.642)
Outros	129	141
Total	**49.409.918**	**57.558.791**

Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	2.245.328	2.433.568
Créditos de Exportação Confirmados	48.883	288.822

10. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco	
	30/06/2022	31/12/2021
	Total	**Total**
Carteira de Câmbio (Nota 9)	57.823.126	64.192.929
Negociação e Intermediação de Valores	2.890.571	5.625.242
Relações Interfinanceiras	91.770.723	87.981.008
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	338.772	169.942
Total	**152.823.192**	**157.969.121**

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Carteira de Câmbio (Nota 9)	57.823.126	64.192.929
Negociação e Intermediação de Valores	4.228.153	6.723.764
Relações Interfinanceiras	92.107.619	88.376.555
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	559.361	471.385
Total	**154.718.259**	**159.764.633**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	792.837	1.521.217	1.821.883	1.897.317
Caixas de Registro e Liquidação	3.995	1.750	29.007	3.170
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	16.427	39.216	265.835	718.223
Bolsas - Depósitos em Garantia	880.827	3.095.211	885.796	3.099.913
Outros (1)	1.196.485	967.848	1.225.633	1.005.141
Total	**2.890.571**	**5.625.242**	**4.228.154**	**6.723.764**
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	257.893	2.940.343	629.675	3.247.435
Credores - Conta Liquidações Pendentes	7.135	6.717	305.858	150.476
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	541.047	448.390
Caixas de Registro e Liquidação	1	-	115.500	332.350
Comissões e Corretagens a Pagar	3.596	2.766	4.506	3.685
Outros	426	-	17.653	327
Total	**269.051**	**2.949.826**	**1.614.239**	**4.182.663**

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Diferidos

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens					Banco
	30/06/2022	31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	35.554.381	32.151.456	14.468.155	4.076.931	(2.545.614)	15.999.471
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.729.789	4.323.509	1.945.580	287.782	(554.956)	1.678.406
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.905.046	3.689.060	1.623.796	128.574	(31.380)	1.720.990
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.691.476	5.587.123	2.514.206	364.865	(317.907)	2.561.165
Ágio	106.485	109.248	49.162	-	(1.243)	47.919
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.575.601	8.081.267	1.562.878	2.442.458	(2.100.130)	1.905.206
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	9.968.680	8.727.582	2.124.709	585.322	(283.179)	2.426.851
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	769.478	1.769.948	796.476	36.961	(487.173)	346.264
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	947.904	1.226.774	529.182	412.515	(534.942)	406.755
Outras Provisões Temporárias (3)	6.851.674	6.935.677	3.022.850	-	(27.653)	2.995.197
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**77.100.514**	**72.601.644**	**28.636.994**	**8.335.408**	**(6.884.178)**	**30.088.224**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	10.080.975	10.144.740	4.536.556	262.005	(327.993)	4.470.568
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**87.181.489**	**82.746.384**	**33.173.550**	**8.597.413**	**(7.212.171)**	**34.558.792**

	Origens					Consolidado
	30/06/2022	31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	42.147.130	38.547.733	17.036.391	4.898.647	(3.262.215)	18.672.823
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	4.001.074	4.590.834	2.046.045	336.328	(598.155)	1.784.218
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	6.308.667	6.028.067	2.537.729	179.118	(50.670)	2.666.177
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	6.070.926	5.972.720	2.655.871	427.748	(381.589)	2.702.030
Ágio	106.485	109.248	49.162	-	(1.243)	47.919
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.724.721	8.196.778	1.609.048	2.455.902	(2.100.130)	1.964.820
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	11.974.690	10.748.333	2.471.319	608.436	(299.500)	2.780.255
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	770.541	1.793.709	804.555	36.961	(494.890)	346.626
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.084.227	1.432.705	599.768	464.234	(611.445)	452.557
Outras Provisões Temporárias (3)	8.256.039	7.602.125	3.392.198	392.745	(230.161)	3.554.782
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**90.444.499**	**85.022.252**	**33.202.086**	**9.800.119**	**(8.029.999)**	**34.972.206**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	10.412.816	10.295.706	4.755.984	325.052	(360.961)	4.720.075
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**100.857.315**	**95.317.958**	**37.958.070**	**10.125.171**	**(8.390.960)**	**39.692.280**

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Em 30 de junho de 2022, os créditos tributários não ativados totalizaram R$67.553- (31/12/2021 – R$90.574) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco 30/06/2022
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrados
2022	2.508.766	2.021.124	64.289	777.566	5.371.745
2023	5.493.014	4.371.756	128.579	2.628.002	12.621.351
2024	4.866.724	3.916.848	128.579	1.065.000	9.977.150
2025	2.715.873	2.184.426	128.579	-	5.028.878
2026	517.141	413.707	64.289	-	995.138
2027 a 2031	279.882	247.214	-	-	527.096
Até 2032	20.797	16.638	-	-	37.435
Total	**16.402.197**	**13.171.712**	**514.316**	**4.470.568**	**34.558.792**

					Consolidado 30/06/2022
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrados
2022	2.981.134	2.296.867	67.758	794.418	6.140.176
2023	6.544.140	4.994.654	135.515	2.703.334	14.377.644
2024	5.590.532	4.367.281	135.515	1.104.481	11.197.809
2025	3.146.130	2.457.810	135.515	40.366	5.779.822
2026	841.880	613.759	67.758	19.908	1.543.305
2027 a 2031	290.885	267.620	-	57.198	615.702
Até 2032	20.811	16.643	-	369	37.822
Total	**19.415.512**	**15.014.633**	**542.060**	**4.720.075**	**39.692.280**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R$30.572.178 - (31/12/2021 - R$31.575.967) no Banco e R$35.069.802 - (31/12/2021 - R$36.110.693) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Passivos Fiscais Diferidos	2.619.134	2.030.169	3.580.063	2.708.477
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	631.662	174.588	1.574.320	1.339.495
Impostos e Contribuições a Pagar	452.185	765.882	706.375	1.034.873
Total	**3.702.981**	**2.970.639**	**5.860.758**	**5.082.845**

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens					Banco
	30/06/2022	**31/12/2021**	Saldo em 31/12/2021	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2022**
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.722.132	638.141	155.353	7.419.977	(6.182.291)	1.393.039
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	4.585.902	7.259.029	1.767.194	175.636	(825.231)	1.117.599
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.369	21.438	5.360	-	(17)	5.343
Outros	229.641	227.660	102.262	891	-	103.153
Total	**10.559.044**	**8.146.268**	**2.030.169**	**7.596.504**	**(7.007.539)**	**2.619.134**

	Origens					Consolidado
	30/06/2022	**31/12/2021**	Saldo em 31/12/2021	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2022**
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.701.036	1.630.907	383.698	7.458.573	(6.255.338)	1.586.933
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	5.133.059	7.646.179	1.788.454	269.424	(846.573)	1.211.304
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.380.346	1.343.391	335.784	28.974	(19.751)	345.007
Outros	977.872	476.538	200.541	244.837	(8.559)	436.818
Total	**14.192.314**	**11.097.015**	**2.708.477**	**8.001.807**	**(7.130.222)**	**3.580.063**

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

	Banco 30/06/2022			
	Diferenças Temporárias			Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2022	161.081	128.143	30.654	319.878
2023	322.162	256.286	61.308	639.756
2024	322.162	256.286	61.308	639.756
2025	321.271	256.286	61.308	638.865
2026	163.061	130.430	30.654	324.145
2027 a 2031	28.705	22.871	-	51.577
Até 2032	2.871	2.287	-	5.158
Total	**1.321.312**	**1.052.590**	**245.232**	**2.619.134**

	Consolidado 30/06/2022			
	Diferenças Temporárias			Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2022	362.604	164.278	35.174	562.056
2023	558.070	309.815	70.349	938.234
2024	423.675	308.231	70.349	802.255
2025	414.704	304.382	68.870	787.956
2026	227.152	163.029	33.696	423.877
2027 a 2031	34.688	25.289	-	59.977
Até 2032	3.260	2.448	-	5.708
Total	**2.024.153**	**1.277.472**	**278.438**	**3.580.063**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**9.373.507**	**12.691.073**
Participações no Lucro (1)	(947.998)	(858.132)
Resultado antes dos Impostos	**8.425.509**	**11.832.941**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	**(3.791.479)**	**(5.324.823)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.104.374	881.699
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	624.288	(471.973)
Juros sobre o Capital Próprio	1.127.349	-
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	-	(331.097)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	293.538	279.051
Demais Ajustes CSLL 5% (3)	-	218.034
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(7.194)	11.246
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(649.124)**	**(4.737.863)**
Impostos Correntes	**(762.677)**	**(4.815.896)**
Imposto de renda e contribuição social do período	(762.677)	(4.815.896)
Impostos Diferidos	**179.542**	**2.073.467**
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	179.542	2.073.467
Movimentação do Período:	**(327.992)**	**(1.995.434)**
Base Negativa de Contribuição Social	(139.657)	(869.479)
Prejuízo Fiscal	(188.335)	(1.125.955)
Constituição no período sobre:	**262.003**	**-**
Base Negativa de Contribuição Social	126.904	-
Prejuízo Fiscal	135.099	-
Total dos impostos diferidos	**113.553**	**78.033**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(649.124)**	**(4.737.863)**

	Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**11.248.685**	**13.854.344**
Participações no Lucro (1)	(938.809)	(940.467)
Resultado não Realizado	(176)	358
Resultado antes dos Impostos	**10.309.700**	**12.914.235**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	**(4.639.365)**	**(5.811.406)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	19.530	12.855
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (4)	901.496	(464.739)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	**-**	(331.097)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	23.678	304.714
Juros sobre o Capital Próprio	1.127.349	5.490
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (3)	284.384	182.495
Demais Ajustes CSLL 5%	-	269.672
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(5.543)	(94.862)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(2.288.471)**	**(5.926.879)**
Impostos Correntes	**(2.338.169)**	**(6.125.830)**
Imposto de renda e contribuição social do período	(2.338.169)	(6.125.830)
Impostos Diferidos	**131.260**	**2.221.272**
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	131.260	2.221.272
Movimentação do Período:	**(342.582)**	**(2.026.985)**
Base Negativa de Contribuição Social	(154.247)	(869.479)
Prejuízo Fiscal	(188.335)	(1.157.506)
Constituição no período sobre:	**261.020**	**4.664**
Base Negativa de Contribuição Social	125.920	1.163
Prejuízo Fiscal	135.100	3.501
Total dos impostos diferidos	**49.698**	**198.951**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(2.288.471)**	**5.926.879**

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as empresas, que utilizem a alíquota de contribuição social é de 9% e 15%.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

(4) Além dos eventos recorrentes demonstrados nessa linha, também foram reconhecidos os valores relativos do julgamento do Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic de repetição de indébito tributário.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

Em Reais Milhões	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	(2.500)	(1.944)
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	2.622	2.869
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	(122)	(133)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	-	(792)

d) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Despesa com Cofins	1.194.983	1.288.709	1.613.358	1.653.170
Despesa com ISS	309.164	309.556	407.130	399.602
Despesa com PIS	194.185	209.415	276.058	279.503
Outras	173.622	84.034	249.998	104.353
Total	**1.871.954**	**1.891.715**	**2.546.544**	**2.436.627**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

12. Outros Ativos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Títulos e Créditos a Receber				
Cartões de Crédito	36.652.885	38.697.565	36.652.885	38.697.565
Direitos Creditórios (1)	24.038.205	27.228.813	29.178.885	31.770.716
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.686.072	5.481.136	7.499.582	7.258.166
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.564.770	1.648.343	1.682.165	1.752.187
Outros - Cíveis	1.162.238	1.096.701	1.331.418	1.286.274
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.f)	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	166.277	178.077	181.672	192.562
Adiantamentos Salariais/Outros	211.995	199.212	1.465.907	856.579
Plano de Benefícios a Funcionários Nota 29.a.	227.965	231.100	278.966	287.809
Devedores por Compra de Valores e Bens	578.447	551.756	650.211	602.780
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	33.890	38.827	174.188	242.217
Rendas a Receber	2.904.761	3.077.494	3.054.282	3.110.771
Outros Valores e Bens	2.125.770	1.361.411	2.350.802	1.552.099
Outros	4.159.691	2.081.481	4.968.879	2.755.980
Total	**79.513.462**	**81.872.412**	**89.470.338**	**90.366.201**

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Subsidiária:

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman(3)		Agência de Luxemburgo(3)	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Ativo	**153.896.834**	**158.796.211**	**88.237.400**	**81.914.595**
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	**153.896.804**	**158.796.179**	**88.237.281**	**81.914.414**
Disponibilidades	1.337.153	9.127.129	2.617.003	1.630.327
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.241.442	26.583.540	10.196.293	13.138.145
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	78.269.192	89.178.436	18.252.181	14.433.434
Operações de Crédito (1)	13.466.035	18.271.074	52.232.215	46.639.821
Carteira de Câmbio	9.739.271	11.128.060	4.488.207	5.473.283
Outros	4.843.711	4.507.940	451.382	599.404
Ativo Permanente	**30**	**32**	**119**	**181**
Passivo	**153.896.834**	**158.796.211**	**88.237.400**	**81.914.595**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	**122.018.628**	**120.638.194**	**80.718.232**	**74.024.804**
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	40.503.851	30.505.351	11.994.295	7.973.185
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	20.220.257	20.395.593	35.341.639	36.365.115
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.221.494	14.088.607	-	-
Obrigações por Empréstimos (2)	26.242.367	31.320.740	25.679.503	23.239.576
Carteira de Câmbio	9.582.281	11.050.587	4.673.139	5.480.439
Outros	12.248.378	13.277.316	3.029.656	966.489
Resultados de Exercícios Futuros	**-**	**30.309**	**-**	**11.693**
Patrimônio Líquido	**31.878.206**	**38.127.708**	**7.519.168**	**7.878.098**
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Resultado do Período	1.035.991	1.210.345	334.600	369.291

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.
(2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.
(3) A moeda funcional é o Real.

14. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2022	
Investimentos	**Ramo de Atividade**	**Ações Ordinárias e Cotas**	**Ações Preferenciais**	**Participação Direta**	**Participação Consolidado**
Controladas do Banco Santander					
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	2.607.128	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	26.655	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	30.988	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	436.441	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	188.575	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA	Banco	105	-	0,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos E Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	0,00%	100,00%
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	250	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos E Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	21.726	-	0,00%	63,00%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	2,06%
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	96,57%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Monetus Investimentos S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.					
Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
Controlada da Monetus Investimentos S.A.					
Monetus Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	510	-	0,00%	100,00%

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2022	
Investimentos	**Ramo de Atividade**	**Ações Ordinárias e Cotas**	**Ações Preferenciais**	**Participação Direta**	**Participação Consolidado**
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	5.090	4.809	19,45%	19,45%
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	Outras	255	-	25,32%	25,32%
CIP S.A.	Outras	9.114	-	17,87%	17,87%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	425.126.827	-	0,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros)	Corretora de Seguros	450	-	0,00%	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (3);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (5);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado;
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (6); e
- Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (7).

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

(3) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(4) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(5) A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021, controlado pelo Banco Santander, que detém 100% das cotas deste fundo.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	11.378.499	325.246	11.378.499	11.172.028	325.246	96.061
Banco Bandepe S.A.	-	-	-	-	-	36.530
Santander Brasil EFC	-	-	-	-	-	(35.574)
Santander Corretora de Seguros	5.164.786	567.132	5.169.861	4.609.417	567.132	491.782
Getnet S.A.	-	-	-	-	-	56.220
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	3.443.986	153.607	3.443.986	2.690.379	153.607	34.018
Aymoré CFI	12.680.583	375.381	12.680.583	2.305.203	375.381	730.031
Sancap	1.302.364	417.759	1.302.364	992.882	417.759	155.311
Santander CCVM	873.681	66.863	873.681	807.096	66.863	49.155
Banco RCI Brasil S.A.	1.552.440	56.299	619.283	608.156	22.458	35.984
Santander Brasil Consórcio	1.241.821	227.841	1.241.821	1.013.980	227.841	161.113
CIP S.A.	2.088.955	94.196	373.296	-	16.832	-
Outros	2.064.548	231.680	2.022.891	1.759.775	281.046	148.702
Total	**41.791.663**	**2.516.004**	**39.106.265**	**25.958.916**	**2.454.165**	**1.959.333**

Banco

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	953.622	59.649	180.997	169.676	11.321	28.501
Gestora de Crédito	59.361	(50.066)	11.872	13.522	(10.013)	(7.209)
Webmotors S.A.	299.401	28.306	209.580	189.317	19.813	17.070
EBP	11.472	151	1.275	1.258	17	(15)
Solution 4Fleet	-	-	-	11.603	-	-
Santander Auto	52.191	10.622	26.095	21.262	5.311	2.167
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.347	(172)	1.174	1.260	(86)	133
PSA Corretora	1.488	407	744	540	204	(106)
CIP S.A.	2.088.955	94.196	373.296	-	16.833	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	210.332	-	42.067			
Outras	-	-	-	255	-	(11.975)
Total	**3.679.169**	**143.093**	**847.100**	**408.693**	**43.400**	**28.566**

Consolidado

15. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	30/06/2022 Residual	31/12/2021 Residual
Imóveis de Uso	**2.457.105**	**(946.334)**	**1.510.771**	**1.546.882**
Terrenos	637.457	-	637.457	640.772
Edificações	1.819.648	(946.334)	873.314	906.110
Outras Imobilizações de Uso	**13.408.848**	**(9.124.330)**	**4.284.518**	**4.519.804**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.579.067	(3.722.635)	1.856.432	1.982.893
Sistemas de Processamento de Dados	2.482.838	(1.590.178)	892.660	927.367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.395.083	(3.213.660)	1.181.423	1.271.430
Sistemas de Segurança e Comunicações	877.670	(569.215)	308.455	282.965
Outras	74.190	(28.642)	45.548	55.149
Total	**15.865.953**	**(10.070.664)**	**5.795.289**	**6.066.686**

Banco

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	Consolidado			
			30/06/2022	31/12/2021
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	**2.737.773**	**(1.012.686)**	**1.725.087**	**1.774.302**
Terrenos	707.226	-	707.226	712.200
Edificações	2.030.547	(1.012.686)	1.017.861	1.062.102
Outras Imobilizações de Uso	**13.650.425**	**(9.268.917)**	**4.381.508**	**4.610.046**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.622.285	(3.752.310)	1.869.975	1.983.785
Sistemas de Processamento de Dados	2.539.875	(1.625.507)	914.368	951.003
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.512.268	(3.289.743)	1.222.525	1.316.232
Sistemas de Segurança e Comunicações	881.720	(572.630)	309.090	283.684
Outras	94.277	(28.727)	65.550	75.342
Total	**16.388.198**	**(10.281.603)**	**6.106.595**	**6.384.348**

16. Intangível

	Banco			
			30/06/2022	31/12/2021
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**27.220.515**	**(26.617.874)**	**602.641**	**702.497**
Outros Ativos Intangíveis	**11.240.739**	**(6.549.473)**	**4.691.266**	**4.568.941**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	7.149.537	(4.204.954)	2.944.583	2.711.778
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.917.822	(2.222.360)	1.695.462	1.792.934
Outros	173.380	(122.159)	51.221	64.229
Total	**38.461.254**	**(33.167.347)**	**5.293.907**	**5.271.438**

	Consolidado			
			30/06/2022	31/12/2021
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**28.271.901**	**(26.868.565)**	**1.403.336**	**1.434.721**
Outros Ativos Intangíveis	**11.637.037**	**(6.794.933)**	**4.842.104**	**4.687.979**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	7.528.745	(4.420.105)	3.108.639	2.845.136
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.917.822	(2.222.360)	1.695.462	1.792.935
Outros	190.470	(152.467)	38.002	49.908
Total	**39.908.938**	**(33.663.498)**	**6.245.440**	**6.122.700**

Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve impairment.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

17. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	Banco					
					30/06/2022	31/12/2021
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	**103.154.119**	**99.601.480**	**95.917.394**	**117.268.106**	**415.941.099**	**406.882.409**
Depósitos à Vista	41.689.469	-	-	-	41.689.469	40.776.429
Depósitos de Poupança	61.398.932	-	-	-	61.398.932	65.220.066
Depósitos Interfinanceiros	-	2.329.249	1.956.684	286.137	4.572.070	5.621.237
Depósitos a Prazo (1)	65.718	97.272.231	93.960.710	116.981.969	308.280.628	295.264.677
Captações no Mercado Aberto	**-**	**102.885.163**	**747.409**	**731.632**	**104.364.205**	**100.870.087**
Carteira Própria	-	57.662.202	747.409	51.289	58.460.901	75.114.059
Títulos Públicos	-	46.013.933	540.310	51.200	46.605.444	61.635.928
Títulos de Emissão Própria	-	5.054	-	-	5.054	-
Outros	-	11.643.215	207.098	88	11.850.401	13.478.131
Carteira de Terceiros	-	28.315.700	-	-	28.315.700	6.859.710
Carteira de Livre Movimentação	-	16.907.261	-	680.344	17.587.605	18.896.318
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**-**	**11.809.417**	**28.318.203**	**94.502.759**	**134.630.379**	**115.842.979**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	8.650.407	23.323.238	58.607.310	90.580.955	73.517.897
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	3.279.147	7.633.441	23.176.341	34.088.929	28.924.170
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	3.739.104	10.226.814	5.265.787	19.231.705	16.989.434
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.534.761	5.407.035	26.059.346	33.001.142	25.074.264
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	97.395	55.948	4.105.836	4.259.179	2.530.030
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	2.439.976	3.767.256	32.013.798	38.221.030	38.427.171
Certificados de Operações Estruturadas	-	719.034	1.227.709	3.881.651	5.828.394	3.897.911
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**14.924.828**	**47.049.958**	**25.744.303**	**87.719.089**	**91.581.834**
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	13.370.026	44.746.516	18.395.544	76.512.086	79.728.750
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	6.970.280	11.663.856	2.091.211	20.725.347	50.769.169
Outras Linhas de Crédito	-	6.399.746	33.082.660	16.304.333	55.786.739	28.959.581
Obrigações por Repasses do País	-	1.554.802	2.303.442	7.348.759	11.207.003	11.853.084
Total	**103.154.119**	**229.220.888**	**172.032.964**	**238.246.800**	**742.654.772**	**715.177.309**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	Consolidado					
					30/06/2022	31/12/2021
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	**102.803.241**	**99.482.298**	**95.675.966**	**117.145.684**	**415.107.189**	**403.639.687**
Depósitos à Vista	41.338.591	-	-	-	41.338.591	40.454.250
Depósitos de Poupança	61.398.932	-	-	-	61.398.932	65.220.066
Depósitos Interfinanceiros	-	1.871.959	1.993.021		3.864.980	4.723.077
Depósitos a Prazo (1)	65.718	97.610.339	93.682.945	117.145.684	308.504.686	293.242.294
Captações no Mercado Aberto	**-**	**89.004.578**	**419.969**	**680.432**	**90.104.979**	**95.648.600**
Carteira Própria	-	44.954.445	419.969	88	45.374.502	71.192.568
Títulos Públicos	-	33.306.176	212.871	-	33.519.047	57.714.437
Títulos de Emissão Própria	-	5.054	-	-	5.054	-
Outros	-	11.643.215	207.098	88	11.850.401	13.478.131
Carteira de Terceiros	-	27.142.872	-	-	27.142.872	5.559.714
Carteira de Livre Movimentação	-	16.907.261	-	680.344	17.587.605	18.896.318
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**-**	**11.921.039**	**28.047.109**	**74.722.180**	**114.690.328**	**95.380.860**
Recursos de Aceites Cambiais	-	90.176	192.211	940.805	1.223.192	1.361.443
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	9.172.861	24.379.885	61.188.121	94.740.867	77.169.438
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	3.279.147	7.633.441	23.176.341	34.088.929	28.924.170
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	3.739.104	10.226.814	5.265.787	19.231.705	16.989.434
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.057.215	6.463.682	28.640.157	37.161.054	28.725.804
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	97.395	55.948	4.105.836	4.259.179	2.530.030
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.938.968	2.247.304	8.711.603	12.897.875	12.952.068
Certificados de Operações Estruturadas	-	719.034	1.227.709	3.881.651	5.828.394	3.897.911
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**14.948.054**	**47.049.958**	**25.744.303**	**87.742.315**	**91.586.750**
Obrigações por Empréstimos no País	-	23.226	-	-	23.226	4.916
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	13.370.026	44.746.516	18.395.544	76.512.086	79.728.750
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	6.970.280	11.663.856	2.091.211	20.725.347	50.769.169
Outras Linhas de Crédito	-	6.399.746	33.082.660	16.304.333	55.786.739	28.959.581
Obrigações por Repasses do País	-	1.554.802	2.303.442	7.348.759	11.207.003	11.853.084
Total	**102.803.241**	**215.355.969**	**171.193.002**	**218.292.599**	**707.644.811**	**686.255.896**

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2022 possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2028.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2022 possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2031.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2035 (31/12/2021 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2035).

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2031 (31/12/2021 - até o ano de 2024) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,42% a 5,7% a.a. (31/12/2021 - de 0,33% a.a. a 4,75% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

					Banco		Consolidado	
Eurobonds	**Emissão**	**Vencimento**	**Moeda**	**Taxa de Juros (a.a.)**	**30/06/2022**	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Eurobonds	2019	2022	USD	4%	-	28.088	-	-
Eurobonds	2020	2022	USD	4%	-	308.279	-	306.253
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI+6,4%	-	75.485	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI+6,4%	-	60.388	-	-
Eurobonds	2021	2022	USD	4%	-	42.728	-	-
Eurobonds	2018	2025	USD	4%	109.914	117.150	-	117.150
Eurobonds	2018	2025	USD	0% a 4,4%	109.246	771.300	109.246	771.300
Eurobonds	2019	2022	USD	0% a 4,4%	65.106	106.805	65.106	-
Eurobonds	2019	2023	USD	0% a 4,4%	75.723	796.097	-	-
Eurobonds	2019	2023	USD	CDI + 2,65%	3.193	4.465	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	4%	111.464	133.796	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	0% a 4,4%	997.725	2.193.989	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	CDI + 2,65%	21.365	26.424	-	-
Eurobonds	2019	2025	USD	0% a 4,4%	274.842	369.554	211.730	225.533
Eurobonds	2019	2026	USD	4%	76.112	75.716	10.251	75.716
Eurobonds	2019	2026	USD	0% a 4,4%	267.492	293.644	-	-
Eurobonds	2019	2027	USD	0% a 4,4%	621.042	643.846	610.950	632.831
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4,4%	220.054	1.703.339	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	4%	4.722	4.627	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	1.001.292	3.220.706	395.362	455.666
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI + 2,65%	45.400	-	-	-
Eurobonds	2020	2024	USD	4%	6.400	8.053	-	-
Eurobonds	2020	2024	USD	0% a 4,4%	354.722	2.464.322	-	-
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI+6,4%	117.796	143.744	-	-
Eurobonds	2020	2025	USD	4%	10.724	12.724	-	-

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Eurobonds	2020	2025	USD	0% a 4,4%	888.576	4.381.601	43.787	46.655
Eurobonds	2020	2026	USD	4%	14.780	16.760	-	-
Eurobonds	2020	2026	USD	0% a 4,4%	6.224	7.047	-	-
Eurobonds	2020	2027	USD	0% a 4,4%	18.737	19.330	-	-
Eurobonds	2021	2022	USD	0% a 4,4%	518.932	2.854.297	309.695	2.005.534
Eurobonds	2021	2022	USD	Até 9%	65.398	63.104	20.875	41.749
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI + 2,65%	206.095	699.890	150.854	181.116
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+1,9%	21.693	221.194	5.279	205.624
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+6,4%	5.577	30.459	-	-
Eurobonds	2021	2023	USD	0% a 4,4%	1.451.863	1.385.937	190.072	408.824
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI + 2,65%	454.620	157.933	205.047	5.316
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI+1,9%	215.861	157.370	147.712	157.370
Eurobonds	2021	2024	USD	4%	62.989	61.754	-	-
Eurobonds	2021	2024	USD	0% a 4,4%	2.515.678	2.316.303	63.925	246.192
Eurobonds	2021	2024	USD	Até 9%	8.599	8.157	-	-
Eurobonds	2021	2024	USD	CDI + 2,65%	581.272	1.043.471	-	-
Eurobonds	2021	2024	USD	CDI+1,9%	53.866	1.233	-	-
Eurobonds	2021	2025	USD	0% a 4,4%	1.755.626	1.601.271	78.570	593.036
Eurobonds	2021	2025	USD	CDI + 2,65%	131.600	71.890	-	-
Eurobonds	2021	2025	USD	CDI+1,9%	155.907	53.765	-	-
Eurobonds	2021	2026	USD	0% a 4,4%	8.154.639	5.963.357	802.521	3.890.578
Eurobonds	2021	2026	USD	CDI + 2,65%	1.358.647	692.299	663.426	210.639
Eurobonds	2021	2026	USD	CDI+1,9%	260.480	140.870	-	-
Eurobonds	2021	2027	USD	4%	66.227	71.252	-	-
Eurobonds	2021	2027	USD	0% a 4,4%	229.737	235.265	-	101.029
Eurobonds	2021	2028	USD	0% a 4,4%	149.933	173.048	-	-
Eurobonds	2021	2028	USD	Até 9%	30.148	30.126	-	30.126
Eurobonds	2021	2028	USD	CDI + 2,65%	110.108	110.038	-	-
Eurobonds	2021	2028	USD	CDI+1,9%	53.691	9.051	-	-
Eurobonds	2021	2028	USD	CDI+6,4%	26.038	26.018	-	26.018
Eurobonds	2021	2031	USD	0% a 4,4%	2.483.209	2.217.812	2.161.792	2.217.811
Eurobonds	2022	2022	USD	0% a 4,4%	2.379.216	-	2.270.251	-
Eurobonds	2022	2022	USD	Até 9%	60.708	-	60.708	-

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Eurobonds	2022	2022	USD	CDI+1,9%	329.038	-	194.351	-
Eurobonds	2022	2023	USD	0% a 4,4%	907.568	-	899.037	-
Eurobonds	2022	2023	USD	Até 9%	9.638	-	9.638	-
Eurobonds	2022	2023	USD	CDI+1,9%	378.708	-	228.291	-
Eurobonds	2022	2024	USD	0% a 4,4%	1.127.166	-	1.049.145	-
Eurobonds	2022	2024	USD	CDI+1,9%	1.419.210	-	428.387	-
Eurobonds	2022	2025	USD	0% a 4,4%	392.355	-	136.585	-
Eurobonds	2022	2025	USD	CDI+1,9%	983.485	-	-	-
Eurobonds	2022	2026	USD	0% a 4,4%	39.080	-	-	-
Eurobonds	2022	2026	USD	CDI+1,9%	413.167	-	-	-
Eurobonds	2022	2027	USD	0% a 4,4%	786.807	-	-	-
Eurobonds	2022	2027	USD	CDI+1,9%	850.085	-	-	-
Eurobonds	2022	2029	USD	0% a 4,4%	78.077	-	-	-
Eurobonds	2022	2029	USD	CDI+1,9%	141.107	-	-	-
Eurobonds	2022	2035	USD	CDI+1,9%	1.375.284	-	1.375.284	-
Total					**38.221.782**	**38.427.171**	**12.897.874**	**12.952.068**

b) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Depósitos a Prazo (1) (2)	9.580.425	1.983.539	8.496.103	2.789.648
Depósitos de Poupança	2.150.269	702.944	2.150.269	702.944
Depósitos Interfinanceiros	135.489	70.800	177.064	75.615
Captação no Mercado Aberto	5.488.102	1.756.853	5.236.984	1.681.644
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	2.803	-	123.010	89.033
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.796.663	283.824	4.029.467	342.991
Outras (3)	(533.568)	(589.142)	(522.502)	(573.712)
Total	**20.620.183**	4.208.818	**19.690.395**	5.108.163

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R$213.612 (2021 - R$232.342), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 18.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R$450.585 no Banco e no Consolidado (2021 - despesa de variação cambial no valor de R$307.569 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 30 de junho de 2022 inclui despesa de variação cambial no valor de R$786.439 no Banco e no Consolidado (2021 – Despesa de variação cambial no valor de R$2.076.330).

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

18. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	Banco	
	30/06/2022	31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	49.409.918	57.558.791
Negociação e Intermediação de Valores	269.051	2.949.826
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.131.625	19.641.408
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.998.851	196.811
Relações Interfinanceiras	2.682.856	16.890
Relações Interdependências	5.540.913	5.425.924
Total	**84.033.214**	**85.789.650**

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	49.409.918	57.558.791
Negociação e Intermediação de Valores (1)	1.614.239	4.182.663
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.131.625	19.641.408
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.040.777	248.306
Relações Interfinanceiras	2.682.856	16.890
Relações Interdependências	5.540.913	5.425.924
Total	**85.420.328**	**87.073.982**

(1) No exercício de 2021, devido a melhores condições de liquidez observadas no mercado das operações de comercialização de energia elétrica para determinados vencimentos, a administração reclassificou os contratos com vencimento até 2 anos de nível 3 para nível 2 (nota 30.c) e revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado	
					30/06/2022	31/12/2021
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US$1.250	7,250%	6.616.067	7.050.080
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US$1.250	6,125%	6.605.427	7.038.527
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R$5.300	CDI+2%	5.695.392	5.351.046
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R$200	CDI+2%	214.739	201.755
Total					**19.131.625**	**19.641.408**

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.
(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US$150 mil e em múltiplos integrais de US$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

19. Outros Passivos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	3.997.328	3.747.397
Obrigações com Cartões de Crédito	38.910.115	40.390.304	39.177.628	40.674.867
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	4.579.072	4.312.234	7.078.921	6.748.684
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	4.898.609	5.033.675	5.205.377	5.325.716
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	314.445	324.728	314.446	324.728
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.686.673	2.699.902	1.703.745	2.728.125
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.789	22.307	4.789	22.307
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.f)	496	496	496	496
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.737.843	1.794.489	2.043.068	2.077.434
Despesas Administrativas	204.447	254.802	354.287	393.089
Outros Pagamentos	64.460	84.847	270.137	223.968
Credores por Recursos a Liberar	1.029.380	1.485.921	1.029.380	1.485.921
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	580.117	619.570	580.117	619.570
Fornecedores	632.946	777.377	1.191.773	1.318.328
Sociais e Estatutárias	816.779	1.149.828	942.174	1.468.031
Outras (1)	6.637.063	6.568.755	13.298.872	12.778.291
Total	**62.097.234**	**65.519.235**	**77.192.538**	**79.936.952**

(1) Inclui impactos da variação cambial referentes a Notes.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	Banco/Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021	
Tipo de Garantia Financeira	**Saldo Garantias Prestadas**	**Provisão**	**Saldo Garantias Prestadas**	**Provisão**
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.944.258	24.743	6.244.755	28.506
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	6.090.073	4.767	6.796.175	4.198
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.284.667	1.829	1.698.518	2.442
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	11.736.499	233.552	11.823.964	243.235
Outros Avais	2.304.720	1.310	2.748.497	1.897
Outras Fianças Bancárias	20.316.343	43.442	19.525.773	36.489
Outras Garantias Financeiras Prestadas	366.004	4.802	88.388	7.960
Total	**47.204.564**	**314.445**	**48.926.070**	**324.727**

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Saldo Inicial	**324.728**	**255.179**
Constituição	7.079	74.719
Reversão (1)	(17.362)	(5.831)
Saldo	**314.445**	**324.067**

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	**4.579.072**	**4.312.234**	**7.078.921**	**6.748.684**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19)	**4.898.609**	**5.033.675**	**5.205.377**	**5.325.716**
Ações Trabalhistas	1.949.002	1.941.169	2.097.138	2.084.247
Ações Cíveis	2.949.607	3.092.507	3.108.240	3.241.469
Total	**9.477.681**	**9.345.909**	**12.284.299**	**12.074.400**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

						Banco
			01/01 a 30/06/2022			01/01 a 30/06/2021
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**4.312.234**	**1.941.169**	**3.092.507**	**4.249.744**	**2.656.098**	**3.265.784**
Constituição Líquida de Reversão (1)	182.372	495.067	2.102	27.039	477.174	178.478
Atualização Monetária	107.562	70.222	213.827	35.817	40.022	180.875
Baixas por Pagamento	(23.095)	(557.456)	(358.829)	(119.108)	(768.208)	(765.207)
Saldo Final	**4.579.072**	**1.949.002**	**2.949.607**	**4.193.493**	**2.405.086**	**2.859.929**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.413.949	699.064	528.281	1.306.277	714.829	696.150
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.789	4.038	769	5.246	3.218	770
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**1.416.739**	**703.102**	**529.050**	**1.311.523**	**718.047**	**696.920**

						Consolidado
			01/01 a 30/06/2022			01/01 a 30/06/2021
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**6.748.684**	**2.084.247**	**3.241.469**	**6.707.293**	**2.900.835**	**3.441.445**
Constituição Líquida de Reversão (1)	196.666	542.090	143.072	35.084	482.040	231.111
Atualização Monetária	175.519	71.223	215.584	52.967	44.854	183.683
Baixas por Pagamento	(41.947)	(600.422)	(491.885)	(134.812)	(851.800)	(847.264)
Saldo Final	**7.078.921**	**2.097.138**	**3.108.240**	**6.660.532**	**2.575.929**	**3.008.974**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.707.795	745.026	536.955	2.589.388	769.824	708.063
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.853	4.038	769	6.192	3.218	770
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**2.711.648**	**749.064**	**537.723**	**2.595.580**	**773.043**	**708.833**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e COFINS - R$2.026.374 no Banco e R$4.201.226 no Consolidado (31/12/2021 - R$1.973.373 no Banco e R$4.090.025 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R$975.412 (31/12/2021 - R$945.715) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R$129.827 no Banco e R$135.006 no Consolidado (31/12/2021 - R$53.936 no Banco e R$53.936 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R$277.139 Banco e R$306.407 no Consolidado (31/12/2021 - R$256.770 no Banco e R$283.528 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória

para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o xser seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em Agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro corresponde de cada representado e a AFABESP interpôs recurso, entretanto até o momento não houve decisão a respeito.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença.

Em 30 de junho de 2022, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O

valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$30.653 milhões no Consolidado (31/12/2021 - R$29.726 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R$7.552 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R$4.623 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R$5.502 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R$1.503 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R$1.679 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R$1.121 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R$677 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda

julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R$508 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R$196 milhões no Consolidado, excluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos ainda estão pendentes de julgamento. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R$2.420 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou uma nova liquidação de sentença.

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

f) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R$0, R$0 e R$496 (31/12/2021 – R$0, R$0 e R$496) no Banco e no Consolidado, respectivamente, registrados em outros passivos (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos (Nota 12).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

						Em Milhares de Ações
			30/06/2022			31/12/2021
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	111.597	137.252	248.849	109.718	135.345	245.063
De Domiciliados no Exterior	3.707.098	3.542.584	7.249.682	3.708.977	3.544.491	7.253.468
Total	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**
(-) Ações em Tesouraria	(27.776)	(27.776)	(55.552)	(15.755)	(15.755)	(31.510)
Total em Circulação	**3.790.919**	**3.652.060**	**7.442.979**	**3.802.940**	**3.664.081**	**7.467.021**

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

30/06/2022

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(3)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(4)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(4)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(4)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Total	**4.700.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.
(4) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

31/12/2021

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,04	477,45	911,49	368,94	405,83	774,77
Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,79	34,97	66,75	27,02	29,72	56,74
Total	**9.649.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, pagos no dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

		Consolidado Em Milhares de Ações		
		30/06/2022		31/12/2021
		Quantidade		Quantidade
		Units		Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		**15.755**		**18.829**
Aquisições de Ações		16.609		91
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(4.588)		(3.165)
Ações em Tesouraria no Final do Período		**27.776**		**15.755**
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$	1.121.292	R$	711.268
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$	1.771	R$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$**	**1.123.063**	**R$**	**713.039**

Custo/Cotação da Ação		**Units**		**Units**
Custo Mínimo (*)	R$	7,55	R$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R$	27,69	R$	33,86
Custo Máximo (*)	R$	49,55	R$	49,55
Cotação da Ação	R$	28,81	R$	29,98

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2022	31/12/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Banco RCI Brasil S.A.	933.157	916.393	33.841	54.222
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	204.361	177.880	26.330	9.287
Banco PSA	132.773	129.975	3.018	5.986
Rojo Entretenimento S.A.	7.119	6.939	180	(142)
GIRA	7.085	3.109	3.976	(272)
Toro CTVM	94.007	22.948	31.392	(1.164)
Toro Investimentos	14.436	-	586	-
Solution 4Fleet	2.319	-	(356)	-
APE11	3.670	-	(251)	-
Total	**1.398.928**	**1.257.244**	**98.716**	**67.918**

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 25 de março de 2022 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2022, no montante de até R$504.550 (quatrocentos e trinta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Remuneração Fixa	59.079	44.849
Remuneração variável - Em espécie	86.544	55.126
Remuneração variável - Em ações	70.828	54.525
Outras	24.330	24.764
Total Benefícios de Curto Prazo	**240.781**	**179.264**
Remuneração variável - Em espécie	82.643	70.962
Remuneração variável - Em ações	87.468	73.444
Total Benefícios de Longo Prazo	**170.111**	**144.406**
Total	**410.892**	**323.670**

Adicionalmente, em 2022 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$18.922 (2021 - R$ 15.187).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 30/06/2022
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Ordinárias (%)**	**Ações Preferenciais**	**Ações Preferenciais (%)**	**Total Ações**	**Total Ações (%)**
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.786	0,1%	4.786	0,1%	9.572	0,1%
Outros	345.963	9,1%	373.767	10,1%	719.730	9,7%
Total em Circulação	**3.790.919**	**99,3%**	**3.652.060**	**99,2%**	**7.442.979**	**99,3%**
Ações em Tesouraria	27.776	0,7%	27.776	0,8%	55.552	0,7%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" (2)	345.962	9,1%	373.766	10,2%	719.728	9,6%

						Em Milhares de Ações 31/12/2021
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Ordinárias (%)**	**Ações Preferenciais**	**Ações Preferenciais (%)**	**Total Ações**	**Total Ações (%)**
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.374	9,9%
Total em Circulação	**3.802.940**	**99,6%**	**3.664.081**	**99,6%**	**7.467.021**	**99,6%**
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,4%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" (2)	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(2) Composto por Funcionários e Outros.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Banco

	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Ativo	**8.771.446**	**3.268.928**	**109.335.233**	**116.021.480**	**7**	**1**	**118.106.686**	**119.290.409**
Disponibilidades	892.424	1.479.611	97.123	8.732.257	-	-	**989.547**	10.211.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.688.926	-	82.554.336	85.460.227	-	-	**89.243.262**	85.460.227
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.193.646	1.277.596	-	-	**1.193.646**	1.277.596
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	(511.355)	503.203	(2.923.940)	-	-	**503.203**	(3.435.295)
Relações Interfinanceiras	-	-	21.850.195	18.859.193	-	-	**21.850.195**	18.859.193
Operações de Crédito	-	-	1.927.637	3.250.610	-	-	**1.927.637**	3.250.610
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	8.167	293.413	-	-	**8.167**	293.413
Negociação e Intermediação de Valores	310.922	531.612	-	-	-	-	**310.922**	531.612
Carteira de Câmbio - Liquida	736.530	(159.043)	-	-	-	-	**736.530**	(159.043)
Rendas a Receber	-	-	974.571	-	-	-	**974.571**	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	48.603	22.552	-	-	**48.603**	27.068
Outros Ativos - Diversos	142.644	1.923.587	177.752	1.049.572	7	1	**320.403**	2.973.160
Passivo	**(21.083.199)**	**(25.508.810)**	**(42.396.932)**	**(20.956.304)**	**(355.474)**	**(522.996)**	**(63.835.605)**	**(97.938.316)**
Depósitos	(931.415)	(10.995)	(2.687.724)	(28.918.620)	(28.846)	(28.409)	**(3.647.985)**	(28.958.024)
Operações Compromissadas	-	-	(6.425.071)	(7.262.118)	-	-	**(6.425.071)**	(7.262.118)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	182.945	128.214	**182.945**	128.214
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.826.807)	(11.167.495)	(31.347.600)	16.038.461	-	-	**(38.174.407)**	(46.079.240)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	258	**-**	(564.528)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(103.483)	(241.640)	(1.817.261)	(128.901)	-	-	**(1.920.744)**	(370.541)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.221.494)	(14.088.607)	-	-	-	-	**(13.221.494)**	(14.088.607)
Outros Passivos - Diversos	-	-	(119.276)	(120.413)	(517.825)	(639.507)	**(637.101)**	(759.920)
Garantias e Limites	-	-	-	-	8.252	16.448	**8.252**	16.448

	30/06/2022	30/06/2021	**30/06/2022**	30/06/2021	**30/06/2022**	30/06/2021	**30/06/2022**	30/06/2021
Resultado	**4.973.387**	**687.951**	**1.875.349**	**1.643.760**	**(363.083)**	**(306.571)**	**6.485.653**	**2.025.141**
Receitas da Intermediação Financeira	4.846.642	955.158	3.321.240	909.339	188	116	**8.168.070**	1.864.613
Despesas da Intermediação Financeira	230.115	(157.422)	(1.615.779)	679.839	(1.241)	(450)	**(1.386.905)**	521.968
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(103.370)	(109.785)	(181.001)	54.582	(362.030)	(306.237)	**(646.401)**	(361.440)
Resultado não Operacional	-	-	350.889	-	**-**	-	**350.889**	-

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	Consolidado							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021	**30/06/2022**	31/12/2021
Ativo	**8.771.516**	**895.492**	**25.452.351**	**33.167.206**	**21.576**	**20.034**	**34.245.443**	**34.082.732**
Disponibilidades	892.424	1.479.611	78.714	8.732.257	-	-	**971.138**	10.211.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.688.926	-	-	-	-	-	**6.688.926**	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	848.477	955.737	-	-	**848.477**	955.737
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	(2.884.861)	73.028	107.223	-	-	**73.028**	(2.777.638)
Relações Interfinanceiras	-	-	21.827.681	18.857.386	-	-	**21.827.681**	18.857.386
Operações de Crédito	-	-	1.549.007	3.528.333	21.569	20.033	**1.570.576**	3.548.366
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	-	21.811	-	-	**-**	21.811
Negociação e Intermediação de Valores	310.922	531.612	-	-	-	-	**310.922**	531.612
Carteira de Câmbio - Liquida	736.530	(159.043)	-	-	-	-	**736.530**	(159.043)
Rendas a Receber	-	-	899.782	-	-	-	**899.782**	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	4.801	1.378	-	-	**4.801**	5.894
Outros Ativos - Diversos	142.714	1.923.657	170.861	963.081	7	1	**313.582**	2.886.739
Passivo	**(21.083.220)**	**(25.508.831)**	**(9.493.197)**	**(10.323.407)**	**(368.677)**	**(547.895)**	**(30.945.094)**	**(36.380.133)**
Depósitos	(931.415)	(10.995)	(978.399)	(1.496.059)	(28.846)	(28.672)	**(1.938.660)**	(1.535.726)
Operações Compromissadas	-	-	(2.295.885)	(1.003.908)	-	-	**(2.295.885)**	(1.003.908)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	182.945	128.593	**182.945**	128.593
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.826.807)	(11.167.495)	(6.024.445)	(7.079.955)	-	-	**(12.851.252)**	(18.247.450)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	-	**-**	(564.786)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(103.504)	(241.661)	(44.951)	(31.280)	-	-	**(148.455)**	(272.941)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.221.494)	(14.088.607)	-	-	-	-	**(13.221.494)**	(14.088.607)
Outros Passivos - Diversos	-	-	(149.517)	(147.492)	(531.028)	(664.264)	**(680.545)**	(811.756)
Garantias e Limites	-	-	-	-	8.252	16.448	**8.252**	16.448

	30/06/2022	30/06/2021	**30/06/2022**	30/06/2021	**30/06/2022**	30/06/2021	**30/06/2022**	30/06/2021
Resultado	**4.973.387**	**687.951**	**1.070.501**	**430.242**	**(413.038)**	**(324.016)**	**5.630.850**	**794.177**
Receitas da Intermediação Financeira	4.846.642	955.158	418.552	155.789	188	116	**5.265.382**	1.111.063
Despesas da Intermediação Financeira	230.115	(157.422)	(187.481)	(39.920)	(1.241)	(450)	**41.393**	(197.792)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(103.370)	(109.785)	488.541	314.373	(411.985)	(323.682)	**(26.814)**	(119.094)
Resultado não Operacional	**-**	-	350.889	-	**-**	-	**350.889**	-

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 14.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Administração de Recursos	312.272	384.305	655.557	672.441
Serviços de Conta Corrente	1.925.756	1.924.138	1.930.547	1.924.846
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	**542.935**	**564.930**	**702.223**	**750.926**
Operações de Crédito	248.385	231.324	407.583	417.320
Rendas de Garantias Prestadas	294.550	333.606	294.640	333.606
Comissões de Seguros	902.821	946.972	1.573.189	1.663.113
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.631.996	2.161.337	2.730.674	2.635.031
Cobrança e Arrecadações	704.680	748.086	718.704	743.195
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	613.879	562.510	769.613	718.956
Outras	128.005	188.814	418.599	443.216
Total	**7.762.344**	**7.481.091**	**9.499.106**	**9.551.724**

24. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Remuneração	1.910.919	1.699.140	2.228.729	1.958.920
Encargos	604.377	660.449	749.695	767.764
Benefícios	591.128	594.143	791.426	706.617
Treinamento	25.906	19.452	28.750	22.268
Outras	1.576	375	45.163	30.207
Total	**3.133.906**	**2.973.558**	**3.843.763**	**3.485.775**

25. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Depreciações e Amortizações	1.383.415	2.289.078	1.474.746	2.413.988
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.163.206	1.071.342	1.150.924	1.268.193
Comunicações	168.583	175.420	183.289	182.066
Processamento de Dados	1.514.400	1.438.358	1.392.412	1.287.645
Propaganda, Promoções e Publicidade	186.063	200.960	264.908	257.753
Aluguéis	442.375	395.144	448.062	398.205
Transportes e Viagens	60.043	37.150	85.172	47.735
Serviços do Sistema Financeiro	135.201	150.257	164.647	186.616
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	270.330	273.072	272.693	274.175
Manutenção e Conservação de Bens	144.682	145.014	159.276	156.867
Água, Energia e Gás	115.021	95.207	119.416	97.321
Material	66.517	34.028	75.491	40.558
Outras	528.859	410.344	457.735	433.956
Total	**6.178.695**	**6.715.375**	**6.248.771**	**7.045.077**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

26. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	308.017	272.384
Atualização de Depósitos Judiciais	244.928	89.156	301.314	106.148
Atualização de Impostos a Compensar	180.217	147.406	276.717	155.573
Recuperação de Encargos e Despesas	873.484	590.416	853.620	434.677
Variação Monetária Ativa	-	-	215	-
Outras (1)	2.024.934	676.867	4.251.135	1.689.020
Total	**3.323.563**	**1.503.845**	**5.991.018**	**2.657.802**

(1) Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, inclui, principalmente, variação cambial, receita de juros, reversões de provisões e ganhos na comercialização de energia

27. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 20.c)	182.372	27.039	196.666	35.084
Trabalhistas (Nota 20.c)	495.067	477.174	542.090	482.040
Cíveis (Nota 20.c)	2.102	178.478	143.072	231.111
Despesas com Cartão de Crédito	1.828.293	1.743.455	1.716.259	1.533.076
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	136.402	111.103	136.130	110.388
Despesas Judiciais e Custas	81.065	91.095	82.379	91.008
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	62.388	58.126	63.801	60.858
Corretagens e Emolumentos	43.545	38.808	43.545	38.030
Comissões	996.027	591.841	1.558.597	1.208.720
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	68.864	-	68.864
Outras (1)	1.859.355	1.559.183	3.963.113	2.939.560
Total	**5.686.616**	**4.945.166**	**8.445.652**	**6.798.739**

(1) Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

28. Resultado Não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Resultado na alienação de Investimentos	-	-	-	(59)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	50.628	48.891	32.471	45.565
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	3.957	(18.008)	19.134	(12.901)
Despesas com Bens não de Uso	(18.748)	(19.963)	(18.851)	(20.119)
Ganhos (Perdas) de Capital	(25.630)	(3.212)	(25.508)	(3.278)
Outras Receitas (Despesas) (1)	392.522	44.876	409.026	18.869
Total	**402.729**	**52.584**	**416.272**	**28.077**

(1) Resultado não operacional na aquisição da participação societária na CIP em 2022 por método de equivalência patrimonial, no valor antes de impostos de R$347.447 (líquido de tributos: R$ 191.096), no Banco e no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Com o objetivo de promover maior estabilidade atuarial e adequar a estrutura dos planos patrocinados às melhores práticas do mercado, foi criado na Banesprev um plano de Contribuição Definida (CD), com a finalidade exclusiva de receber, por meio de migração voluntária, participantes e assistidos dos seguintes planos BD´s: Plano I, Plano II, Plano V, Plano Pré-75, DCA, DAB, CACIBAN e Sanprev Plano I. O processo para criação do Plano CD foi aprovado pela Previc na Portaria nº 611 publicada em 13/09/2021, sendo que o Plano CD foi criado oficialmente em mar/22.

O Banco Santander (Brasil) S.A. contabilizou os impactos oriundos da migração e criação do novo Plano CD em 31/03/2022, sendo que no resultado foi registrada despesa de R$ 42 milhões, em OCI foi apurado ganho bruto no montante de R$ 228 milhões e na Banesprev foi realizado aporte no valor de R$ 117 milhões. Esse aporte extraordinário ocorreu por conta da parcela da insuficiência de responsabilidade dos patrocinadores para os planos deficitários.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

III) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022 foram de R$28.063 (2021 - R$25.160) no Banco e R$28.972 (2021 - R$28.106) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022 foram de R$9.949 (2021 - R$6.605) no Banco e R$10.245 (2021 - R$7.888) no Consolidado.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**	**Banesprev**	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(23.426.492)	(4.309)	(1.525.388)	(24.476.356)	(4.455)	(1.532.427)
Valor Justo dos Ativos do Plano	26.974.109	3.640	2.131.998	**25.460.958**	3.703	2.182.891
	3.547.616	**(669)**	**606.609**	**984.602**	**(752)**	**650.464**
Sendo:						
Superávit	4.609.686	-	606.609	3.070.651	-	650.464
Déficit	(1.062.069)	(669)	-	(2.086.049)	(752)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	4.390.254	-	598.075	2.847.412	-	642.604
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**219.431**	**-**	**8.534**	**223.240**	**-**	**7.860**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	**(1.062.069)**	**(669)**	**-**	**(2.086.049)**	**(752)**	**-**
Contribuições Efetuadas	727.167		(1)	581.513	-	(3)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(110.146)	(35)	294	(173.600)	(79)	193
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.948.896)	27	9.142	(3.356.005)	(92)	8.761
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.631.450	217	38.302	1.457.501	460	(26.644)

	Consolidado					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**	**Banesprev**	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(23.646.144)	(4.309)	(1.525.388)	(24.967.077)	(4.455)	(1.532.427)
Valor Justo dos Ativos do Plano	27.393.720	3.640	2.131.998	26.135.232	3.703	2.182.891
	3.743.576	**(669)**	**606.609**	**1.168.155**	**(752)**	**650.464**
Sendo:						
Superávit	4.809.645	-	606.609	3.282.428	-	650.464
Déficit	(1.062.069)	(669)	-	(2.114.272)	(752)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	4.539.214	-	598.075	3.002.479	-	642.604
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**270.432**	**-**	**8.534**	**279.949**	**-**	**7.860**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	**(1.062.069)**	**(669)**	**-**	**(2.114.272)**	**(752)**	**-**
Contribuições Efetuadas	727.167	-	(1)	581.834	-	(3)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(108.527)	(35)	294	(171.357)	(79)	193
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.985.896)	27	9.142	(3.389.048)	(92)	8.761
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.680.663	217	38.302	1.343.548	460	(26.644)

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**	**Banesprev**	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(1.036.932)	44	(20.704)	(2.437.959)	(467)	(158.262)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.388.992	-	-	4.279.128	554	256.647
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**352.060**	**44**	**(20.704)**	**1.841.169**	**87**	**98.385**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.579.908	76	(50.401)	(416.650)	220	(182.577)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**1.579.908**	**76**	**(50.401)**	**(416.650)**	**220**	**(182.577)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(1.395.877)**	**-**	**71.486**	**(851.997)**	**-**	**84.398**

	Consolidado					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**	**Banesprev**	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(1.210.429)	44	(20.704)	(2.481.391)	(467)	(158.262)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.401.883	-	-	4.375.431	554	256.647
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**191.454**	**44**	**(20.704)**	**1.894.040**	**87**	**98.385**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.612.377	76	(50.401)	(608.960)	220	(182.577)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**1.612.377**	**76**	**(50.401)**	**(608.960)**	**220**	**(182.577)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(1.408.692)**	**-**	**71.486**	**(714.652)**	**-**	**84.398**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Duração (em Anos)	
Planos	**30/06/2022**	31/12/2021
Banesprev		
Plano I	12,57	12,57
Plano II	10,03	12.92
Plano III	11,54	11,54
Plano IV	14,82	14,82
Plano V	7,62	9,51
Pré-75	8,30	10,45
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,47/5,93/7,27	6,47/5,93/7,27
Sanprev		
Plano I	6,79	6,79
Plano II	12,76	12,76
Plano III	11,06	11,06
Bandeprev		
Plano Básico	10,53	10,53
Plano Especial I	7,23	7,23
Plano Especial II	6,46	6,46
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	8,11	8,11

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsidio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco				Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.010.353)	(623.935)	(4.342.690)	(613.101)	(4.164.801)	(641.006)	(4.510.768)	(613.101)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.909.370	-	4.906.369	-	5.098.441	-	5.096.262	-
	899.017	**(623.935)**	**563.679**	**(613.101)**	**933.640**	**(641.006)**	**585.495**	**(613.101)**
Sendo:								
Superávit	899.017	-	563.678	-	933.640	-	585.495	-
Déficit	-	(623.935)	-	(613.101)	-	(641.006)	-	(613.101)
Valor não Reconhecido como Ativo	(899.017)	-	(563.678)	-	933.640	-	585.495	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	**-**	**(623.935)**	**-**	**(613.101)**	**-**	**(641.006)**	**-**	**(613.101)**
Contribuições Efetuadas	72.586	17.812	149.181	37.255	74.131	17.812	152.096	37.255
Receitas (Despesas) Reconhecidas	3.070	(26.427)	4.001	(56.798)	3.091	(26.427)	3.626	(56.798)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.285.994)	(7.744)	(1.208.790)	(5.525)	(1.266.644)	(7.744)	(1.190.988)	(5.525)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	95.039	-	(111.147)	-	101.985	-	(118.549)	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco				Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2022		31/12/2021	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(115.551)	(18.059)	(336.602)	49.985	(120.486)	(18.059)	(340.863)	49.985
Mudanças em Hipóteses Financeiras	463.380	15.841	984.402	116.272	479.825	15.841	1.020.225	116.272
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(446)	-	-	-	(446)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**347.829**	**(2.218)**	**647.800**	**165.811**	**359.339**	**(2.218)**	**679.362**	**165.811**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(111.933)	-	(498.406)	-	(112.762)		(521.100)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(111.933)**	**-**	**(498.406)**	**-**	**(112.762)**	**-**	**(521.100)**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(311.552)**	**-**	**(302.576)**	**-**	**(323.799)**	**-**	**(313.894)**	**-**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Duração (em Anos)	
Planos	**30/06/2022**	31/12/2021
Cabesp	12,44	16,03
Bandepe	18,03	18,03
Clínica Grátis	9,54	12,28
Diretores Vitalícios	9,36	9,36
Diretores Saúde	22,81	30,28
Circulares (1)	11,62 e 12,97	11,62 e 12,96
Seguro de Vida	8,04	8,04

(1) A duração 11,62 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2021 – 13,47) e 12,97 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2021 – 11,92).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2022, válidos para 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	96,7%	96,7%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	3,2%	3,2%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Aposentadoria	**Saúde**	**Aposentadoria**	**Saúde**
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,1%	9,2%	8,4%	8,4%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;
(2) Cabesp.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	**Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações**	**Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros**	**Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações**
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(25.444)	(305.114)	(25.444)	(305.114)
(-)0,5%	28.133	337.349	28.133	337.349
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(44.619)	(535.039)	(44.619)	(535.039)
Aplicada (-) 2 anos	47.934	574.793	47.934	574.793
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	31.280	375.089	31.280	375.089
(-)0,5%	(28.762)	(344.891)	(28.762)	(344.891)

f) Remuneração com Base em Ações

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação – Referente ao 2º Tri	Período de *Vesting*	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R$ 40.403 (*)	R$ 4.916.667 (*)
		01/2020 a 12/2022	2023	R$ 4.002.000 (*)	R$ 4.668.000 (*)
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R$ 800.000 (*)	R$ 5.666.667 (*)
		01/2021 a 06/2024	2024	R$ 20.600.000 (*)	R$ 9.959.600 (*)
		01/2021 a 12/2023	2023	R$ 1.680.000 (*)	R$ 800.000 (*)
		07/2019 a 06/2022	2022	111.066 SANB11	123.158 SANB11
		09/2020 a 09/2022	2022	309.427 SANB11	467.873 SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023	204.139 SANB11	279.326 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023	139.163 SANB11	238.342 SANB11
		01/2021 a 12/2023	2024	343.863 SANB11	327.065 SANB11
		01/2021 a 01/2024	2024	24.441 SANB11	39.944 SANB11
		03/2022 a 03/2025	2025	28.257 SANB11	- SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2023		159.253 SAN (**)	318.478 SAN(**)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		832.569 Opções s/ SAN (**)	1.664.983 Opções s/ SAN (**)
		02/2024		124.184 SAN (**)	142.215 SAN (**)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		370.477 Opções s/ SAN (**)	424.268 Opções s/ SAN (**)
		2025		150.703 SAN (**)	- SAN (**)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		578.713 Opções s/ SAN (**)	- Opções s/ SAN (**)
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2022				R$ 27.122.403 (*)	R$ 26.010.933(*)
				1.160.356 SANB11	R$ 1.475.708 SANB11
				434.140 SAN	R$ 460.693 SAN
				1.781.759 Opções s/ SAN (**)	R$ 2.089.251 Opções s/ SAN (**)

(*) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.
(**) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 2 planos globais lançados em 2019 e 2020. Os executivos elegíveis tinham uma meta de incentivo definida em reais. O pagamento de acordo com o cumprimento dos indicadores de desempenho será calculado em ações e opções do Grupo Santander (SAN), após um período de diferimento de três anos, com liquidação equivalente em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 01/07/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

f.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Banco	
		01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Programa	**Tipo de Liquidação**		
Local	Ações do Santander (Brasil)	12.622	10.107
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	1.599	1.958

f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco		Consolidado	
			01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	**01/01 a 30/06/2022**	01/01 a 30/06/2021
Programa	**Participantes**	**Tipo de Liquidação**				
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	18.470	14.384	20.026	14.212
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	48.658	2.706	49.757	2.789

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são consideradas para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva de crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador imposto pela pandemia do COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados com muita cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, mantendo sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para aprovação de novas operações.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

• Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso com valores mais expressivos; e

• Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com critérios interno.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.)

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições (taxas de juros, índices, preços, câmbio etc).

A Gestão do Risco de Mercado do Santander é aderente à Resolução CMN 4.557 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de limites são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, "gaps" de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, politicas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (CFT)

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturamento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

• Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;

• Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;

• Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

• Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN" na página https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco.

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência Nível I	**76.350,3**	**76.969,9**
Capital Principal	69.626,6	69.919,9
Capital Complementar (Nota 18.b)	6.723,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 18.b)	**12.659,1**	**12.591,3**
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**89.009,4**	**89.561,3**
Risco de Crédito (1)	546.464,4	527.119,3
Risco de Mercado (2)	20.899,8	15.122,2
Risco Operacional	59.663,3	58.499,8
Total de RWA (3)	**627.027,5**	**600.741,3**
Índice de Basileia Nível I	**12,18**	**12,81**
Índice de Basileia Capital Principal	**11,10**	**11,64**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**14,20**	**14,91**

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.
(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).
(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN n° 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2022.

Carteira Negociação				**Consolidado**
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.808)	(60.786)	(121.572)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(38)	(574)	(1.148)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(347)	(1.465)	(2.930)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(255)	(3.279)	(6.558)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(841)	(21.027)	(42.053)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(201)	(1.516)	(3.033)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.302)	(15.357)	(30.713)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(161)	(4.027)	(8.054)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(145)	(3.628)	(7.257)
Total (1)		**(5.098)**	**(111.659)**	**(223.318)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking				**Consolidado**
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(58.379)	(2.367.554)	(5.022.625)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(6.106)	(156.547)	(293.217)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(32.863)	(474.732)	(875.698)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(11.418)	(85.156)	(162.192)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(198)	(6.058)	(12.580)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(31.337)	(272.646)	(561.308)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.315)	(57.864)	(115.728)
Total (1)		**(142.616)**	**(3.420.556)**	**(7.043.348)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

31. Reestruturações Societárias

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander", "Santander Brasil" ou "Companhia"):

a) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

b) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

c) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

d) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

e) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

f) Aquisição de Participação Societária na Solutions 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solutions 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solutions4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passaria a deter 80% do capital social da Solutions 4Fleet ("Operação"). A Solutions 4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

g) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcobra") e subsequente incorporação da Fozcobra pela Liderança.

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcobra foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

h) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passaria a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

i) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações").

j) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlara a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Santander DTVM passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

k) Cisão Parcial da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

l) Aquisição de Participação Societária na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Eireli

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 12 de março de 2021. Com a efetivação da a operação, o Banco Santander passou a deter 100% do capital social da Paytec. Conforme informado no item b acima, essas participações foram alienadas em 26 de maio de 2022 para Getnet IP.

m) Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2021. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$49.302.212 (31/12/2021 - R$49.624.633) no Banco e R$49.302.212 (31/12/2021 - R$49.624.633) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R$ 2.572.673 (31/12/2021 - R$2.770.684) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R$ 263.217.162 (31/12/2021 - R$192.927.475) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2022, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R$9.214.986 (31/12/2021 - R$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2022, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R$1.546.051 (31/12/2021 - R$1.546.120)

d) Entre 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Até 1 Ano	411.188	715.576
Entre 1 a 5 Anos	1.267.533	1.420.853
Mais de 5 Anos	145.868	181.417
Total	**1.824.589**	**2.317.846**

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R$822 (31/12/2021 - R$801) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no primeiro semestre de 2022, foram no valor de R$369.221 (2021 - R$368.663).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor. Valor de Mercado dos Ativos e Passivos Financeiros

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Em milhares de Reais					2022
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**1**	**2**	**3**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	63.107.418	63.107.417	8.181.987	47.444.316	7.481.114
Títulos e Valores Mobiliários	219.335.767	218.027.622	151.682.571	12.795.438	53.549.612
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.522.722	26.522.722	-	26.224.421	298.301
Operações de Crédito	391.619.071	385.364.643	-	-	385.364.643
Total	**700.584.978**	**693.022.404**	**159.864.558**	**86.464.175**	**446.693.670**

Em milhares de Reais					2021
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**1**	**2**	**3**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.629.318	33.629.318	1.224.817	25.912.368	6.492.133
Títulos e Valores Mobiliários	227.705.982	228.618.182	162.531.523	21.640.333	44.446.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.089.724	21.089.724	-	20.833.986	255.738
Operações de Crédito	383.479.674	377.805.784	-	-	377.805.784
Total	**665.904.698**	**661.143.008**	**163.756.340**	**68.386.687**	**428.999.981**

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor de mercado e seus respectivos valores de mercado em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021:

Em milhares de Reais					2022
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**1**	**2**	**3**
Depósitos	415.107.189	415.075.836	-	-	415.075.836
Captações no Mercado Aberto	90.104.979	90.082.022	-	90.082.022	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	87.742.315	87.742.315	-	-	87.742.315
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	114.690.328	113.567.412	-	-	113.567.412
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.736.137	28.736.137	-	28.541.548	194.589
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.131.625	19.131.625	-	-	19.131.625
Total	**755.512.573**	**754.335.346**	**-**	**118.623.570**	**635.711.777**

Em milhares de Reais					2021
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**1**	**2**	**3**
Depósitos	403.639.687	403.598.886	-	-	403.598.886
Captações no Mercado Aberto	95.648.600	95.604.396	-	95.604.396	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	91.586.750	91.586.750	-	-	91.586.750
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	95.380.860	94.198.680	-	-	94.198.680
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.647.231	24.647.231	-	24.213.648	433.583
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Total	**730.544.536**	**729.277.351**	**-**	**119.818.044**	**609.459.307**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco					
	2022			2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2022	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2021
Receitas da Intermediação Financeira	37.482.298	-	37.482.298	25.092.779	-	25.092.779
Despesas da Intermediação Financeira	(25.180.421)	-	(25.180.421)	(6.872.745)	-	(6.872.745)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**12.301.877**	**-**	**12.301.877**	**18.220.034**	**-**	**18.220.034**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (1)	(3.215.251)	(115.848)	(3.331.099)	(4.484.538)	(1.097.007)	(5.581.545)
Resultado Operacional	**9.086.626**	**(115.848)**	**8.970.778**	**13.735.496**	**(1.097.007)**	**12.638.489**
Resultado não Operacional (2)	**55.282**	**347.447**	**402.729**	**52.584**	**-**	**52.584**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**9.141.908**	**231.599**	**9.373.507**	**13.788.080**	**(1.097.007)**	**12.691.073**
Imposto de Renda e Contribuição Social (1)/(2)	(537.600)	(111.524)	(649.124)	(4.619.804)	(118.059)	(4.737.863)
Participações no Lucro	(947.998)	-	(947.998)	(858.133)	-	(858.133)
Lucro Líquido	**7.656.310**	**120.075**	**7.776.385**	**8.310.143**	**(1.215.066)**	**7.095.077**

	Consolidado					
	2022			2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2022	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2021
Receitas da Intermediação Financeira	42.399.620	-	42.399.620	30.253.142	-	30.253.142
Despesas da Intermediação Financeira	(25.915.755)	-	(25.915.755)	(8.898.749)	-	(8.898.749)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**16.483.865**	**-**	**16.483.865**	**21.354.393**	**-**	**21.354.393**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (1)	(5.385.215)	(165.991)	(5.551.206)	(6.431.119)	(1.097.007)	(7.528.126)
Resultado Operacional	**11.098.650**	**(165.991)**	**10.932.659**	**14.923.274**	**(1.097.007)**	**13.826.267**
Resultado não Operacional (2)	**68.825**	**347.447**	**416.272**	**28.077**	**-**	**28.077**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**11.167.476**	**181.455**	**11.348.931**	**14.951.351**	**(1.097.007)**	**13.854.344**
Imposto de Renda e Contribuição Social (1)/(2)	(2.176.947)	(111.524)	(2.288.471)	(5.808.820)	(118.059)	(5.926.879)
Participações no Lucro	(1.039.055)	-	(1.039.055)	(940.467)	-	(940.467)
Participações dos Acionistas Minoritários	(98.716)	-	(98.716)	(67.918)	-	(67.918)
Lucro Líquido	**7.852.757**	**69.932**	**7.922.689**	**8.134.146**	**(1.215.066)**	**6.919.080**

1) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R$165.991 (2021 - R$1.097.007) no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R$121.164 (2021 - R$1.051.334).
2) Resultado não operacional na aquisição da participação societária na CIP em 2022 por método de equivalência patrimonial, no valor antes de impostos de R$347.447 (líquido de tributos: R$ 191.096), no Banco e no Consolidado.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

33. Eventos Subsequentes

Aumentos de Capital Social da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Em 23 de maio de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") subscreveu um aumento do capital social da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A . ("Aymoré") no valor de R$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), integralizando naquela oportunidade R$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), nesse sentido o capital social da Aymoré passou a ser R$ 21.447.672.599,62 (vinte e um bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos), parcialmente integralizados. No dia 7 de julho de 2022 o aumento de capital social foi homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). No dia 8 de julho de 2022 o Banco Santander integralizou o valor remanescente de R$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) referente à subscrição realizada em 23 de maio de 2022. Ato contínuo no dia 8 de julho de 2022 foi aprovada um novo aumento de capital social com a subscrição de R$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) pelo Banco Santander, sendo R$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) integralizados no ato. Após essa nova subscrição o capital social da Aymoré passou a ser R$ 41.447.672.599,62 (quarenta e um bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos) parcialmente integralizado. O aumento de capital social aprovado no dia 8 de julho de 2022 está pendente de homologação pelo BACEN.

Composição dos Órgãos da Administração em 30 de junho de 2022

Conselho de Administração

Sérgio Agapito Lires Rial - Presidente
Alberto Monteiro de Queiroz Netto – Conselheiro
Angel Santodomingo Martell – Conselheiro
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Garcia Cantera – Conselheiro
Marilia Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Mario Roberto Opice Leão – Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
René Luiz Grande – Membro
Vania Maria da Costa Borgerth – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Coordenador
Deborah Patricia Wright – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro
Pedro Augusto de Melo - Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Sérgio Agapito Lires Rial – Membro
José de Paiva Ferreira – Membro
Virginie Genès-Petronilho – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Sérgio Agapito Lires Rial – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro
Pedro Augusto de Melo - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marilia Artimonte Rocca – Coordenadora
Andrea Marques de Almeida – Membro
Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Membro
Carlos Aguiar Neto – Membro
Luiz Masagão Ribeiro Filho – Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Conselho Fiscal*

Cassia Maria Matsuno Chibante - Membro efetivo
José Roberto Machado Filho - Membro efetivo
Louise Barsi - Membro efetivo
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente

*O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2021, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos.

Diretoria Executiva
Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Jean Pierre Dupui
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
André Rosenblit
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vítor Ohtsuki

Contador

Diego Santos Almeida – CRC Nº 1SP 316054/ O-4

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2022:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Jean Pierre Dupui
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
André Rosenblit
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vítor Ohtsuki

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o semestre findo em 30 de junho de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2022:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Jean Pierre Dupui
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
André Rosenblit
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vítor Ohtsuki

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril 2022. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no primeiro semestre de 2022.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no primeiro semestre encerrado em 30 de junho de 2022 do Santander em padrão BRGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e *Compliance*, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de *Compliance* e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.968/2021, 4.557/2017 e 4.893/2021, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 648/2021.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2022, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) à recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Plano de Trabalho; (ii) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (iii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; (iv) ao planejamento das áreas para as recomendações que eventualmente tiveram atrasos devido ao impacto da pandemia e (v) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2022. Nessas reuniões tiveram destaque: discussão do plano de trabalho para 2022, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2022, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA´s) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/1.999. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de

independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2022, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, acompanha as novas regulações e mantem reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas ESG; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados** e **conferem transparência** e **qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 30 de junho de 2022, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 27 de julho de 2022.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Vania Maria da Costa Borgerth

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao primeiro semestre de 2022, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 27 de julho de 2022.

CONSELHO FISCAL

José Roberto Machado Filho – Presidente
Cassia Maria Matsuno Chibante
Louise Barsi